

A história múltipla**

As notas de leitura que estão na origem deste texto não estavam destinadas a publicação. Eram um contributo de esclarecimento oferecido a quem tinha escrito um artigo analítico sobre o tema do Presidente da República e sobre o seu papel na evolução do sistema de governo português (Manuel Braga da Cruz) e a quem estava a retomar o tema num novo texto (Manuel Lucena). O que deveria ser apenas um conjunto de notas dispersas, a utilizar no trabalho interno do Instituto de Ciências Sociais, veio a revelar-se, depois de lido pelos destinatários, como uma exemplificação da multiplicidade de perspectivas que coexistem na observação dos mesmos acontecimentos em prismas diferentes. É como ilustração do que poderia designar-se como «história múltipla» que estas notas são aqui publicadas, transcendendo o seu objectivo inicial (de mero instrumento de trabalho), para entrarem por um outro campo de análise muito diferente do que tinha sido inicialmente previsto (de exemplificação argumentada do que é a multiplicidade de perspectivas sobre acontecimentos que, em geral, se julgaria serem bem conhecidos e bem documentados).

A chave de interpretação destas notas é a multiplicidade de perspectivas coexistentes em relação a acontecimentos que, sendo políticos, são públicos — pelo menos, nas suas manifestações externas, ainda que nem sempre, ou só muito raramente, conhecidos na sua génese. Os intervenientes na decisão de publicação destas notas (os destinatários e o autor, a que se juntou António Barreto, como o impulsionador da decisão final sobre a sua publicação) viveram os mesmos acontecimentos, mas em posições diferentes — e cada um de nós ficou surpreendido com a percepção e a interpretação a que os outros chegaram ao reflectirem sobre os mesmos acontecimentos. Ne-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Comentários ao texto «O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português», de Manuel Braga da Cruz, in *Análise Social*, n.ºs 125-126, 1994.

nhum de nós colocou aos outros objecções teóricas fundamentais, o que indica, com razoável segurança, que os instrumentos analíticos utilizados não são muito diferentes. Resta a diferença de perspectivas de observação para justificar as diferenças (em alguns casos, as divergências) de interpretação.

Fica, assim, aberta a questão da multiplicidade do acontecimento político — uma questão que se coloca um grau acima da questão da multiplicidade das perspectivas. O acontecimento político existe em função dos seus efeitos, tal como ele é visto na sociedade e tal como ele se enquadra na cadeia de acontecimentos, de que é um elo. Neste sentido, é a perspectiva «exterior» que conta, pois é ela a que regista os efeitos concretos do acontecimento. Todavia, há uma dimensão oculta em cada um desses acontecimentos, que resulta do exercício da vontade política ou que resulta da contingência da acção política e que, quando inserida na cadeia evolutiva dos elos sucessivos, poderá determinar uma configuração interpretativa muito diferente da que resulta da acumulação de interpretações «exteriores». É este segundo grau, esta interpretação da interpretação (quando observada do «exterior») ou esta ironia da política, esta ocultação das intenções, deliberada ou ocasional (e que corresponde à perspectiva do «interior»), que estas notas de leitura permitem identificar (e apenas identificar, não procuram ir mais longe do que isso).

Para que o leitor possa usar estas notas com alguma utilidade, importa acrescentar dois pontos de esclarecimento. Em primeiro lugar, o que vai encontrar aqui não é uma exposição de argumentos positivos, uma doutrina, mas apenas comentários a um texto preexistente: é este que estabelece o fio condutor da escrita das notas, como se estas fossem comentários escritos à margem do texto originário. Em segundo lugar, não vai encontrar informação confidencial, aquela que corresponderia a um conhecimento que só estaria ao alcance de quem tivesse sido protagonista, directo ou próximo, destes acontecimentos.

Pela sua importância, este segundo esclarecimento, que se reporta à necessidade de assegurar o princípio de igualdade na argumentação, merece uma melhor clarificação, para que a utilização destas notas não transcenda o seu «intervalo de validade».

Por maior que seja a disciplina de autolimitação por parte de quem exerceu funções numa instituição política, não é possível que coloque entre parênteses estanques o que foi a sua experiência, designadamente quando teve de trabalhar com as dimensões «exterior» (visível) e «interior» (intencional) dos acontecimentos políticos. Mesmo que nunca tenha escrito um diário, mesmo que as notas de reuniões se limitem a curtos tópicos preparatórios de intervenções pessoais que não permitem reproduzir o contexto dessas situações, há um efeito de memória que reaparece quando apresento em público a minha interpretação desses contextos. Neste sentido, muito

específico mas inevitável, há um benefício da confidencialidade que desequilibra o princípio da igualdade na argumentação. E este desequilíbrio seria suficiente para pôr em dúvida a legitimidade de publicar este tipo de notas, pois não há igualdade de condições entre quem escreve o artigo agora comentado e quem comenta o que foi escrito sem o benefício da informação «interior».

Todavia, a vantagem associada a este benefício da confidencialidade tem um custo de contrapartida: na vivência das situações está contido um empenhamento pessoal numa certa solução em cada contexto problemático. Observar um certo contexto político do «interior» não significa que se tenha tido sucesso na acção que então se empreendeu, apenas significa que se participou no processo de decisão, condicionado pelas urgências das circunstâncias. Esse empenhamento pessoal leva a valorizar certos elementos de informação e a secundarizar outros. Não há uma interpretação descomprometida da informação que está disponível em cada momento, para além do facto, também ele inevitável, de que estar no «interior» de um certo contexto político não significa que se domina a informação relevante para identificar todos os objectivos de todos os intervenientes. Quem está no «interior» das relações institucionais não vence sempre. E, muitas vezes, é com surpresa que se vem a ter conhecimento de outras interpretações, baseadas em informações diferentes, que se revelam mais adequadas do que as suas para a interpretação do que realmente aconteceu só porque estavam mais distanciadas dos confrontos que ocorriam dentro das instituições. Ou seja, o benefício da confidencialidade pode traduzir-se, afinal, num significativo custo de ilusão.

Combinando custos e benefícios, parece-me justificado concluir que a informação privilegiada a que pode ter acesso quem exercer funções numa instituição política não lhe oferece nenhuma vantagem específica quando passa para o campo da argumentação analítica. Aqui tem de apresentar propostas convincentes, e estas só o são se o leitor, com a informação que é colocada ao seu alcance, tiver a oportunidade de avaliar a sua consistência. Por isso mesmo, procuro estruturar e apresentar os meus argumentos, e as ligações entre os factos considerados, apenas com base em informações que possam ser controladas e validadas por quem lê. É admissível que, em alguns casos, uma ligação surpreendente entre factos seja mais óbvia para quem observou os acontecimentos do seu «interior». Porém, essa ligação surpreendente só terá validade analítica no preciso momento em que deixa de ser surpreendente — isto é, quando o leitor, com a sua própria informação, aceitar que essa é a interpretação mais adequada para essa específica articulação de acontecimentos.

Um último ponto merece esclarecimento prévio para que a leitura destas notas não seja motivo de equívocos. Em diversas circunstâncias, o papel das

personalidades aparece como o factor crítico de resolução de contextos contingentes, de clarificação do seu sentido interpretativo e do seu papel na evolução dos acontecimentos. Este papel específico das personalidades não deve, porém, ser interpretado, sempre e necessariamente, como o resultado de uma vontade política orientada para objectivos bem definidos. Tudo ponderado, o que se designa por vontade política é, em geral, mais involuntário e contingente do que consciente e determinado. Mesmo quando há convicções fortes, faz-se o que pode ser feito e só depois se analisa se era ou não o que devia ter sido feito. Nesta perspectiva, conta mais a cadeia dos acontecimentos do que cada um dos elos analisado isoladamente. No caso de personalidades que têm um longo período de acção em posições de poder, há a possibilidade de procederem a sucessivas revisões na interpretação dos seus actos anteriores, acabando por surgir uma linha consistente onde, de facto, apenas houve um somatório de atitudes perante pontos de incerteza. No caso de personalidades que têm intervenções esporádicas ou um tempo de relevância política curto, não há a possibilidade deste exercício de auto-reflexão que lhes permita a correcção das interpretações dos seus actos: para além da virtude, é preciso ter a fortuna do seu lado para que o papel das personalidades venha a ser favorecido nas interpretações objectivas finais — mas nem todas têm a dose de sorte que corresponda à bondade das suas intenções.

Terminados os esclarecimentos, resta referir que as notas de leitura estão organizadas com indicação das páginas e de curtos excertos do texto original, tal como foram publicados na *Análise Social*, n.ºs 125-126, de 1994.

* * *

238: O fracasso do parlamentarismo da 1.ª República e a degenerescência ditatorial do modelo presidencialista do Estado Novo levaram os constitucionalistas a adoptar uma solução intermédia que evitasse os erros do passado cometidos numa e noutra experiência [...] a cultura política dominante [...] pedia uma presidência forte, sagrada pelo sufrágio, uma personificação do poder, enxertada na democracia parlamentar [...] Um presidente eleito por sufrágio universal, «herdeiro do chefe de Estado monárquico», seria o órgão que melhor asseguraria a «compatibilidade entre os modelos social e político da autoridade».

Esta descrição do processo de formação do sistema institucional e do que terá sido a motivação dos agentes decisivos não corresponde à evolução real.

Isso é evidente em relação ao I Pacto MFA/Partidos, onde a eleição do presidente por colégio era uma necessidade estrutural da concepção do «po-

der de assembleia», natural num período de dominação da Assembleia do MFA, mas também natural num período em que o poder era entendido como a composição entre uma vanguarda e a participação das organizações populares de base no que poderia designar-se como um «parlamentarismo sem partidos» — onde, portanto, a figura de um presidente «forte, sagrado pelo sufrágio e personificando o poder» não tinha qualquer cabimento. Aliás, foi por esse equívoco que falhou a iniciativa de Palma Carlos e Sá Carneiro no sentido de promoverem a concentração de poderes em Spínola (e de cujo fracasso vai derivar, por diversos caminhos que acumulam os seus efeitos, a radicalização que conduz ao I Pacto).

Também é evidente no período que se segue ao 25 de Novembro, onde a figura do chefe do Estado-Maior do Exército era vista como o centro real do poder, com capacidade e distância suficientes para se tornar independente dos jogos de partidos (esta era a leitura de Pinheiro de Azevedo, mas também era a interpretação de Aventino Teixeira e de muitos dos que operaram no 25 de Novembro, para quem Eanes aparecia como o «condestável»). De facto, quando se passa para a negociação de um segundo pacto, a questão do sistema institucional não aparece como sendo decisiva, não se apresentam posições claras em função de um modelo parlamentar ou de um modelo presidencial, e muito mais importante do que tudo isso era o modo de afirmação da autoridade militar (como factor de disciplina das forças armadas e como factor de controle da intervenção dos partidos). Este período é dominado pela questão do retorno ao «verdadeiro espírito do 25 de Abril», uma frase que pode parecer hoje enigmática, mas que tinha então um significado muito preciso: evitar que um pequeno grupo de militares pudesse, em articulação com um pequeno grupo de activistas políticos, apropriar a condução dos assuntos políticos. O ponto central é, por isso, a afirmação da autoridade militar e, em simultâneo, evitar a instrumentalização desse poder militar por dirigentes partidários.

Também importante, embora ainda se mantivesse apenas latente e fora do debate público, era a questão do período (e do modo) da fase de transição, isto é, o tempo e o modo da continuidade do poder militar, porque disso dependia, sobretudo para o PPD de Sá Carneiro, a afirmação da relevância dos partidos. Neste tipo de problema (que virá a ter um significado relevante entre 1977 e 1980) era diferente a posição do PS, que esperava poder beneficiar da protecção dos militares «democratas» e que acabou mesmo por considerar que seria útil «cobrir» a legitimidade do chefe militar gerado pelo 25 de Novembro com a legitimidade do presidente legitimado directamente.

Não é possível provar (a menos que se encontrem testemunhos fidedignos da reunião relevante do Conselho da Revolução que se realizou em Janeiro de 1976 e onde se definiram os contornos do que seria o II Pacto), mas é dedutível, através de argumentos convincentes, que a lógica dos militares

que aceitaram promover o modelo de eleição presidencial por sufrágio directo seguisse o percurso inverso do dos socialistas: tratava-se de conduzir o poder militar para o interior do poder político normal através da legitimação do chefe militar, que assim se libertaria, simultaneamente, da pressão dos militares e do controle dos partidos. Isto é, o presidente seria um «fecho de abóbada» sustentado por duas forças — a pressão dos militares e a pressão dos partidos —, mas que se serviria de cada uma para se defender da outra.

Da existência deste esquema de equilíbrio de forças, nunca explícito, pode «tirar-se certidão» indirecta na interpretação do conflito entre Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes a propósito da candidatura presidencial nas eleições de 1976. Para Pinheiro de Azevedo, Eanes deveria continuar a ser o chefe militar, deixando para Pinheiro de Azevedo, que passaria de primeiro-ministro a presidente, a função de equilibrar os dois eixos, o militar e o político. Por isso, considera uma «traição» o facto de Eanes aceitar ser candidato militar apoiado por partidos — mesmo que Eanes se esforçasse por afirmar a sua independência. Para Pinheiro de Azevedo, Eanes passaria a ser «um pássaro na gaiola» e deixaria de poder servir como factor de equilíbrio estável dentro do sistema militar.

Do lado dos partidos há uma questão estratégica do mesmo tipo, também eles interessados no equilíbrio estável dentro do sistema militar. Para o PS, o importante é que o candidato a apoiar seja um efectivo chefe militar — e, por isso, «pergunta» ao Conselho da Revolução quem deve ser o candidato (confirmando, assim, que aceita a conveniência da convergência dos poderes militar e político). Para o PPD, a rejeição instintiva de Sá Carneiro em relação ao poder militar leva-o a assumir o paradoxo de ser o primeiro a anunciar o seu apoio ao candidato Eanes, mesmo sem ter perguntado ao Conselho da Revolução quem seria o nome indicado e logo que sabe que essa é a resposta à pergunta do PS. O caso do CDS parece ser o menos interessante neste ponto, ainda que não lhe fosse indiferente que o chefe militar, «dobrado» de chefe político, pudesse ser uma personalidade com inclinação conservadora (à falta de outro, que fosse o chefe do 25 de Novembro). Para o PCP, as circunstâncias obrigam a dar mais importância à sobrevivência do que aos debates sobre os equilíbrios das instituições: inaugura a atitude das relações de respeito institucional com o Presidente da República, esperando, em contrapartida, que seja assegurado o seu direito à existência (que fora respeitado no momento mais difícil do 25 de Novembro).

A questão concreta da organização do poder terá sido mais importante do que a questão histórico-jurídica quanto ao que seria, em função da experiência passada, o melhor modelo de organização institucional na sociedade portuguesa. Aliás, o mesmo poderia ser dito a propósito do sistema eleitoral proporcional, onde a autoprotecção dos partidos e a utilidade que todos

consideravam ter em dificultar a formação de maiorias de um só partido terão sido mais importantes, como racionalizações estratégicas, do que os princípios formais que encontravam no sistema eleitoral proporcional a defesa da máxima representação de correntes de opinião. É curioso como na gestão dos assuntos religiosos nunca houve esta preocupação de proporcionalidade, no sentido de assegurar a máxima representação das correntes religiosas em paralelo com o que se considerava necessário na política.

De tudo isto decorre, no entanto, que não se justifica estabelecer a ligação proposta por MBC. Não há continuidade com o passado (a menos que seja com a escolha de Carmona como factor de absorção das pressões militares) em termos de cultura política dominante, há a escolha de um expediente que permita reduzir ou equilibrar o poder militar (equilíbrio desejado pelos partidos para ganharem protagonismo, mas também por alguns militares para evitarem novos excessos) e o poder partidário (desejado por alguns militares para evitarem a instrumentalização, mas também por alguns partidos para evitarem perder relevância, como se vê na adesão de Sá Carneiro à candidatura de Eanes). Só depois disso (mais exactamente, só durante 1977, depois do afastamento de Eanes em relação a Soares e, em parte, por pressão do PPD e do CDS, que exploravam estes primeiros sinais de afastamento na medida em que punham em causa a estratégia do governo minoritário do PS) virá a ser colocado o problema da legitimidade política própria do presidente — mas essa não era a questão central que se colocava em Janeiro de 1976, quando se elaborava o II Pacto. Mais do que uma legitimidade política própria que permitisse ao presidente intervir na dinâmica democrática e «presidencializar» o sistema, o que contava, em Janeiro de 1976, era dar tradução estável ao que acontecera em 25 de Novembro de 1975 (tal como no II Pacto, onde o que tinha contado era conseguir dar uma tradução institucional e organizativa ao que se queria dizer que se tinha passado no 11 de Março de 1975).

A comparação com Gomes da Costa e Carmona *versus* Spínola (Costa Gomes) e Eanes tem mais que se lhe diga do que seria normal numa simples curiosidade histórica. Em ambos os casos, a questão é centralizar os poderes de modo a permitir uma referência estável para os grupos de interesses e de modo a estabilizar a função de distribuição que virá a ser assegurada pelas instituições: o que se põe nas urnas eleitorais ou nos livros de cumprimentos são «cartões de visita» que transmitem pedidos de esmola, de ajuda ou de intercedência. Entre a ditadura e a democracia apenas varia o canal de comunicação, mas o «pedido» continua a ser a alma do negócio — e o que é preciso saber é a quem se pede, qual é o ponto estável do sistema.

Daqui decorre a necessidade de ter em atenção um outro ponto, que normalmente não se refere perante a maior evidência que assume o 25 de Novembro nestes desenvolvimentos: é preciso não esquecer a interpretação

da «cisão de Aveiro» no PPD. É fácil dizer que esse foi o primeiro conflito interior a este partido provocado pela singularidade da personalidade de Sá Carneiro. Já não é tão fácil integrar o pretexto através do qual se expressou essa singularidade de Sá Carneiro: terá sido pelo pretexto da afirmação da sua autoridade ou terá sido a pretexto da sua leitura do papel dos militares (e, portanto, da definição do que seria o poder estável) que se desencadeou esse conflito interno no PPD? Se for escolhido o segundo ramo desta hipótese, a «antecipação» do apoio de Sá Carneiro à candidatura de Eanes e a intensidade dos conflitos entre Sá Carneiro e Eanes passam a ser pontos necessários de qualquer interpretação objectiva do que foi a configuração institucional dos poderes no contexto de 1976. O que estava em causa para Sá Carneiro, desde o seu regresso de Londres, era o ponto para onde se iria canalizar a «corrente dos pedidos»: precisava de eliminar o papel dos militares e precisava de estabilizar o poder no governo. A semelhança com a concepção institucional de Salazar não é uma mera coincidência.

Não se pode analisar o papel dos militares neste período sem ter em conta o seu analfabetismo funcional em matérias de teoria político-constitucional. O seu sistema de referências era o da correlação de forças e apenas com dois jogadores, o IN (o «inimigo») e o NT (as «nossas tropas»). Aliás, só assim se explica que os do 25 de Abril, como os do 28 de Maio, tivessem «desaparecido» em menos de dez anos — e agora em termos definitivos, porque a evolução da tecnologia militar os remete para o estatuto de profissionais desactualizados, para quem o exercício da sua profissão já só é possível desde que enquadrados em instituições internacionais.

Não é provável que os inspiradores e organizadores do MFA fossem muito versados em matérias de equilíbrio institucional. Mas é admissível que eles estivessem influenciados pelos temas que tinham constituído problemáticas interessantes na vida política mais recente. Muitos dos protagonistas do MFA terão associado Marcello Caetano à esperança de se encontrar uma solução negociada para a guerra colonial, o que os teria dispensado da necessidade de avançarem para uma intervenção militar. Neste quadro, o factor negativo que traiu as suas esperanças (e que os obrigou a avançar até ao golpe militar) teria sido a posição de Américo Tomás, agravada pela falta de coragem de Marcello. Ou seja, se Marcello tivesse tido a coragem de avançar para a candidatura presidencial, talvez tudo tivesse sido diferente — e, em primeira linha, diferente para os militares, que não teriam de assumir as responsabilidades de acabar com a guerra e de negociar a descolonização.

O papel atribuído a Marcello Caetano pode parecer excessivo. Na época em que estes acontecimentos ocorrem, contudo, o «fantasma» de Marcello está muito mais presente do que é hoje concebível, sobretudo naqueles que legitimavam a sua intervenção no vazio que Marcello não soube preencher quando não aceitou avançar até ao lugar presidencial.

É só uma reconstituição possível do que poderá ter sido a motivação de alguns militares quando têm de considerar o conteúdo da função presidencial, mas é a reconstituição que me parece mais provável em grupos que não têm muita experiência de reflexão política e que tendem a fixar a sua atenção nos acontecimentos mais recentes. Tanto quanto recorde, porém, esta comparação com Marcello não acontece no contexto de Janeiro de 1976, mas só depois, em 1977, quando se coloca a necessidade de intervenções correctoras do presidente para evitar a degradação da situação política perante os resultados da governação socialista (tema que se agravará quando o FMI vai condicionar a assinatura de um acordo de estabilização à existência de uma maioria parlamentar que o apoie expressamente). Esta é a fase em que a invocação da legitimidade política do presidente passa para o primeiro plano: ensaiou uma primeira pressão em Março (de que decorreu a entrada no governo de Nobre da Costa e Mota Pinto para «alargar» a base de apoio ao governo minoritário), experimentou o discurso crítico em 25 de Abril de 1977 (o discurso do «que é feito das promessas»...), lançou o «grupo de economistas de S. Julião da Barra» para preparar o acordo com o FMI e, finalmente, tornou insustentável a fórmula do governo minoritário até que este cai em Dezembro de 1977. Não é uma afirmação positiva de um projecto de conquista de mais poder, é uma intervenção preventiva, para «assustar» e «disciplinar», um modo de exercer um poder subsidiário quando este não é exercido por quem se esperava que o exercesse. Neste sentido, ainda é o tipo de poder que este grupo de militares esperou que pudesse ser exercido por Marcello Caetano em relação à guerra colonial, esperança que a falta de coragem deste fez abortar. É a acusação de falta de coragem que se quer evitar agora.

Foi uma evolução rápida, mas foi, de facto, uma adaptação às circunstâncias, e não um programa, prévio ou consciente. Eanes quis a legitimidade para controlar os militares e para gerir o período de transição; acabou por descobrir o poder oferecido pela legitimidade porque o PS o «desiludiu» e, em grande parte, porque não se arrancou com uma maioria absoluta parlamentar, mas sim com uma fórmula que se prestou facilmente a um debate de legitimidades. Tivesse sido outra a fórmula governamental de partida em 1976, ou tivesse ganho o PPD (Sá Carneiro) a possibilidade de formar governo, minoritário ou de coligação (mais provável a segunda hipótese, pois o PS não deixaria de aproveitar essa fórmula se ela fosse a única que lhe oferecia o acesso ao poder), e é admissível que a história da democracia portuguesa tivesse sido muito diferente.

Uma maioria parlamentar ou um bloco central em 1976 teriam um efeito muito diferente daquele que tiveram quando essas fórmulas foram concretizadas, depois do desgaste de outras fórmulas. Era esse o objectivo (ou só o desejo) de Sá Carneiro, como condição para neutralizar a influência dos

militares. Mas não era esse o objectivo do PS, para quem a protecção dos militares parecia ser uma defesa suficiente num contexto eleitoral e numa legislação eleitoral que tenderiam a produzir quadros parlamentares divididos e fórmulas governamentais instáveis.

239: [...] presidente eleito [...] necessidade de racionalizar um sistema de representação eleitoral e partidário que se exigia proporcional, e por conseguinte se apresentaria fraccionado, e um sistema de governo que se pretendia não maioritário, mas consociativo ou de coligação, ao não exigir a aprovação activa do programa de governo, mas tão-só a passiva não reprovação.

Com o pedido de desculpas ao autor, o seu argumento aponta na direcção oposta à que pretende: «não exigir a aprovação activa» é justamente o dispositivo que vai permitir as fórmulas minoritárias e sem ter de recorrer às fórmulas consociativas ou de coligação. Mais importante, e sem desculpas ao autor, é que a verdade histórica é outra: o PS apoia Eanes (como admitiu estudar a hipótese de apoiar Azevedo, para quem organizou uma viagem oficial à Áustria para ser «examinado» por Kreisky na companhia de Melo Antunes, e isto depois de ter pretendido que Azevedo estivesse presente na sessão de «*A Europa connosco*» quando exercia as funções de primeiro-ministro) na perspectiva e na convicção de que assim terá o seu apoio para um governo minoritário, para evitar os governos «consociativos ou de coligação». E uma das razões mais fortes do desentendimento entre Soares e Eanes é a interpretação que o primeiro faz de que o segundo não cumpriu aquela que seria a regra básica do acordo originário, a solidariedade pessoal que seria inerente a um entendimento político.

Este é um alicerce estrutural da Constituição e que condiciona o campo estratégico dos partidos. A sua consequência lógica deveria ser a aceitação da moção de censura construtiva, mas isso nunca veio a ser possível justamente porque iria tornar demasiado segura a posição de um governo minoritário — o que também não era desejado porque bloquearia as expectativas dos partidos que estivessem na oposição. Não é por acaso que o primeiro a propor a moção de censura construtiva é Sá Carneiro quando está na oposição (mas a caminho de conquistar o poder e em condições de passar a dispor de maior segurança se esse dispositivo fosse adoptado antes da conquista do poder). Mas também não será por acaso que a proposta deste dispositivo, feita pelo PSD ou pelo PS, nunca chegou a ser aprovada — justamente porque seria um factor de aumento da estabilidade do partido que dominasse um governo minoritário. Em lugar de objectivos consociativos ou de coligação, o que realmente se procura é impedir a estabilidade do governo para assim facilitar a circulação do poder.

239: «Representante sem mandato», o presidente apresentava-se como o «banco central do sistema político», ao garantir-lhe «a solvência quando os actores falirem».

Penso que estas citações são de Salgado Matos, talvez num período em que terá tido uma influência excessiva de Duverger. Mas não me parece que estas imagens sejam adequadas. É preciso ler um pouco acima desta citação para se perceber onde está o erro: «recebe, no centro do sistema político, o excesso de procuras sociais que o parlamento não está em condições de absorver». O parlamento? O presidente nunca teve problemas com o parlamento, foi sempre um «jardim» por onde passeou, encontrando sempre quem estivesse disposto a acompanhá-lo com a finalidade de estabelecer uma relação especial. O problema do presidente era com o governo: criticar sim, mas não tanto que o primeiro-ministro viesse apresentar-lhe a demissão em conflito aberto (nenhum veio). De facto, não se percebe o que é que o parlamento tem a ver com a questão do excesso de procuras sociais: esse é um tema de governo e um tema das relações do presidente com o primeiro-ministro. E importa não esquecer que as relações entre as pressões sociais, o governo e o presidente são sempre problemas de trigonometria: senos, co-senos, tangentes e secantes, com o presidente como a estrela polar de referência que permite identificar as posições relativas dos outros dois factores, o governo e as pressões sociais; quando a estrela polar se movimenta, tudo o resto muda, mesmo quando não pretendia mover-se. Por exemplo, as pressões sociais são uma coisa ou outra conforme a atitude do presidente: as greves da TAP em 1978 e em 1980 são substantivamente diferentes porque também foi diferente a atitude do presidente.

Este ponto também pode ser confirmado através da leitura dos poderes presidenciais: nunca estive em dúvida que podia, dentro dos prazos constitucionais e depois da audição (consultiva, ainda que obrigatória) do Conselho de Estado (inicialmente, do Conselho da Revolução), dissolver o parlamento (ainda que com a questão fascinante que resulta da interpretação do que aconteceria se, depois da dissolução, o eleitorado reproduzisse a composição do anterior parlamento). Muito diferente é a interpretação do poder de demitir o primeiro-ministro, com o critério *chiclet* do «normal funcionamento das instituições»: é um critério que se pode mastigar indefinidamente sem ter de o engolir, mas não deixa de ser ameaçador ver os maxilares presidenciais em movimento. Mais do que a questão dos poderes, importa a questão da atitude ou da linha estratégica em que o exercício desses poderes se encaixa.

Onde o erro me parece mais grave é na imagem do «banco central». O presidente não é um depósito de reservas. É um factor de distração da atenção pública, sobretudo quando esta está descontente (e Soares mostrou que também pode ser um factor de potenciação de descontentamento, quando

isso é do seu interesse, um passo que Eanes não deu, mesmo quando «convergiu» com Freitas do Amaral para destruir a AD degradada de Pinto Balsemão ou quando destruiu deliberadamente, «convergente» com Cavaco Silva, o «bloco central» para lançar o PRD no vazio criado pela dissolução da Assembleia). Como se vê com estas histórias exemplares, a imagem do «banco central» não é a mais adequada para sintetizar estes movimentos ou as suas consequências, nem teria sentido admitir-se que passou pelo espírito de um só dos constituintes ou dos pactantes que o presidente viesse a ser um banco central, na acepção de garantir a solvência do sistema quando os actores falirem. Na melhor hipótese, este é o caso típico de uma construção *ex post*, elaborada depois de afirmado o poder presidencial, mas ninguém acredita que alguma vez Mário Soares votasse um texto constitucional ou apoiasse um candidato de quem se pudesse dizer o que Salgado Matos diz.

Mais interessante é o que Mário Soares diz quando, em 1978, se consuma o confronto com Eanes. Nessa altura, Soares diz que tem sido o «escudo» (no sentido guerreiro, não no sentido monetário) de Eanes. Escudo é o que desvia e, de facto, a relação entre o presidente e o primeiro-ministro é mais deste tipo, são dois escudos que desviam os ataques e que, quando se articulam, protegem os dois protagonistas dentro das relações institucionais. A frase de Mário Soares é interessante porque tem três doses de verdade: é a existência do primeiro-ministro, como bombo da festa, que permite ao presidente gerir a distância do maestro; o que Soares sempre desejou e esperou foi que o presidente fosse a sua barreira de protecção ou, pelo menos, o seu pára-choques traseiro; mas quando o escudo cai ou vira arma, quem está por cima mata quem está por baixo.

Nem sequer na política francesa, com o presidente a presidir a conselho de ministros, me parece estar justificado este tipo de interpretação baseado no capital de reserva que o presidente poderia administrar. Em contrapartida, mesmo comprometido com a sua presença em conselho de ministros, até o presidente francês tem capacidade para defender a sua distância de maestro, preservando condições para se afastar das polémicas conjunturais sempre que não lhe são favoráveis (propriedade que só se esbate no fim do mandato).

239: [...] *necessidade de dotar de legitimidade política a liderança militar de transição para a democracia [...] dobragem eleitoral do CEMGFA, erigindo-o em presidente da República eleito.*

Esta é uma seta que atinge o alvo errado. A legitimidade política do presidente é necessária para que a transição tenha um fim num prazo bem definido e para que os militares regressem desde já aos quartéis, deixando apenas alguns «de guarda à revolução». Não se trata de dar legitimidade

política à liderança militar da transição, trata-se de assegurar que a transição é mesmo uma transição, e não uma permanência.

A prova é evidente: a primeira decisão relevante de Eanes, em Agosto de 1976, depois de ter tomado posse em 14 de Julho, é forçar os conselheiros da Revolução a escolher entre exercer funções de comando militar, abandonando o Conselho da Revolução, ou ficar no Conselho e não ter funções de comando militar — com as excepções necessárias dos chefes dos ramos e de Vasco Lourenço, como comandante-governador da Região Militar de Lisboa (mas que também é forçado a esta escolha depois do conflito com o CEME Rocha Vieira). Ou seja, Eanes não quer legitimar a liderança militar da transição, designadamente não quer legitimar o Conselho da Revolução, quer ser ele quem garante que a transição é mesmo uma transição, com um fim em prazo determinado. Mais exactamente, Eanes sabe que não pode liderar uma entidade com unidade intrínseca, só pode ser o líder de um dos projectos possíveis dentro da instituição militar. Para se aceitar este argumento que proponho é necessário reconhecer que a liderança militar não é uma entidade singularizável, muito menos um novíssimo príncipe.

Também não é verdade que tenha havido uma «dobragem eleitoral directa do CEMGFA», tornando-o presidente. Pinheiro de Azevedo, que até ao fim se considerou o verdadeiro representante da intenção dos militares quando optaram pelo modelo da eleição directa do presidente (e que era ter um militar chefe político para assegurar que os partidos não partidocratazariam a democracia, mas que não se confundisse com o chefe militar institucional, que tinha como primeira missão evitar que os militares fossem intervenientes nos assuntos políticos), não era CEMGFA e não considerava isso uma condição necessária para ser candidato presidencial. O CEMGFA era Costa Gomes, que considerou, apesar dos apelos ilustres, não estarem reunidas as condições para ser candidato (ou seja, também não era uma condição suficiente).

A relação é inversa e bem mais complexa: há três legitimidades que se sobrepõem e se equilibram sem se somarem — a de presidente (legitimidade democrática), a de CEMGFA (legitimidade funcional) e a de presidente do Conselho da Revolução (legitimidade revolucionária). O talento ou a habilidade de Eanes esteve na combinação destes três poderes (a que, ao que parece, os comentadores ficaram insensíveis, preferindo seguir esquemas triviais de «autoridade forte», que, de facto, nunca existiu — e, se existisse, teria conduzido ao desastre político, pois só poderia existir em contextos de crise aguda e, nessas circunstâncias, Eanes não teria capacidade própria para absorver esse grau de tensão).

Os três vértices deste triângulo dos poderes só poderiam somar as suas potências se o triângulo fosse concentrado num ponto, ou seja, num contexto de emergência nacional em que os três poderes tivessem de actuar em

sintonia. Fora deste contexto (que, de facto, nunca se concretizou), as potências associadas a estes poderes não se adicionam, neutralizam-se e usam-se de modo cruzado, que pode mesmo parecer paradoxal: quando no exercício formal de um poder, usa-se, de facto, outro poder — o método que assegura a maior liberdade a quem gere esta acumulação de poderes.

Hoje tornou-se comum, ou «politicamente correcto», desvalorizar o papel de Ramalho Eanes na consolidação da democracia portuguesa. É uma injustiça histórica, contra a qual pouco se pode fazer. Mas ao menos que não se «dobre» essa injustiça histórica com uma injustiça analítica: da primeira ainda se pode recuperar, mas a segunda é definitiva.

239: [...] o Programa do MFA previa logo que, quer a assembleia, quer o Presidente da República, seriam eleitos pela nação, sem, contudo, especificar se ambos por sufrágio directo e universal.

O que poderia dizer de diferente o Programa do MFA? O único modo de assegurar a mobilização de muitos militares para esta intervenção política era a garantia prévia de que não se pretendia perpetuar o poder militar (uma das garantias formais que integravam o «espírito originário do 25 de Abril» e que era invocada por todos os que se opunham a um intervencionismo militar continuado). A necessidade de obter um efeito de dimensão (tantos militares quantos os possíveis) implicava a utilização de uma plataforma mínima que assegurasse a unidade (e nada melhor do que esta indicação vaga de «eleitos pela nação», cuja ambiguidade aparece claramente quando se confronta com o que no mesmo programa é dito sobre os partidos políticos e a autorização para a sua formação: a garantia da eleição não tem correspondência na indicação do que serão as entidades que participam nessa eleição, o que a faz aparecer como um objectivo a que não se associam os meios necessários para o realizar, como muito bem compreendeu o Dr. Álvaro Cunhal quando aceitou responder a Oriana Fallaci sobre as oportunidades da «democracia burguesa» em Portugal). Esta mesma lógica da dimensão-e-unidade no movimento militar foi seguida tanto na composição da Junta de Salvação Nacional como nas resistências à institucionalização do MFA. Esta expressão «seriam eleitos pela nação» pode ser vista como um cheque preenchido, mas não assinado — o que permitiu os pactos, permitiu a descolonização, permitiu as composições dos governos provisórios, permitiu as conversas sobre a ilegalização dos partidos ou a legitimidade dos mandatos de prisão em branco. Como se vê, permitiu tudo aquilo que, se tivesse sido previamente explicitado, teria impossibilitado a constituição do movimento militar.

239: A proposta presidencialista de Palma Carlos [...]

1248 Palma Carlos é uma simpatia, mas não é um herói. Com Sá Carneiro, com Firmino Miguel, com Vieira de Almeida, e todos com Spínola, terá sido o

que mais sensível estava à história recente, às circunstâncias que levaram à derrota de Marcello Caetano, quando este deixou escapar a oportunidade da candidatura presidencial. E se não foi ele o inspirador da proposta presidencialista apresentada numa reunião nas instalações da Manutenção Militar, era ele quem estava em melhor posição para ser o porta-voz da ideia, mas já tão desesperado, tão próximo dos limites do que considerava aceitável, como Spínola estaria no 28 de Setembro e no 11 de Março. Neste sentido, é uma proposta presidencialista mais por força das circunstâncias do que por convicção firme nas virtudes dessa organização das instituições políticas. Penso que será um erro conduzir este tipo de propostas para o domínio das comparações de fórmulas constitucionais. O que está em jogo é a configuração e a concentração do poder, tudo o resto (incluindo os debates sobre as fórmulas constitucionais) são acessórios e disfarces.

Mais interessante é o efeito desta experiência em personalidades como Eanes (ou Firmino Miguel, ou Tomé Pinto, mas também em Loureiro dos Santos ou em Pimentel, Monge, Garcia dos Santos, Hugo dos Santos): a necessidade do presidente-tampão, directamente legitimado, era a resposta para o que tinha faltado a Spínola. Pelo contrário, Costa Gomes (e Melo Antunes, Charais, Crespo, Pezarat, Rosa Coutinho) preferia a liberdade das correlações de forças, onde a legitimidade da eleição directa não fazia falta nenhuma, muito menos interessaria a concentração de poderes numa personalidade que estivesse fora dos fios marionéticos.

Não posso provar que a «proposta presidencialista» não fosse de Palma Carlos, mas acredito que ele era, uma vez mais, advogado de um cliente.

242: [...] é inequívoco que na base dessa decisão estaria a intenção de dobrar com a legitimidade eleitoral a já existente legitimidade castrense do CEMGFA, elevando-o à categoria de Chefe do Estado, pois estava fora de causa que o novíssimo príncipe, no dizer de Adriano Moreira, eram as forças armadas e o Presidente da República [...]

Esta tese do «novíssimo príncipe» é uma infelicidade analítica de Adriano Moreira. Que o Althusser diga, num dos seus delírios amáveis, que o Príncipe é o povo italiano, a quem Maquiavel ensina a formação do Estado, ou mesmo a revolução proletária, desculpa-se e até oferece a ocasião de uma boa leitura (infelizmente, sem nada com interesse para a análise de Maquiavel). Mas que os militares portugueses fossem um príncipe, mesmo que novíssimo, que «simplesmente capturou o aparelho de Estado», é não perceber nada do que estava para trás (a degradação do salazarismo e o bloqueamento da guerra colonial por exaustão dos meios humanos) e do que estaria para a frente (os militares desaparecem da história em menos de duas décadas; de facto, perdem o poder efectivo dentro de uma década). Não há «dobragem» de legitimidades, há equilíbrio de três legitimidades muito dife-

rentes e sempre com o objectivo de subordinar duas a uma — e isso só pode ser feito por uma personalidade isolada e singular, não pode ser feito por um colectivo, muito menos por um colectivo tão complexo e «misturado» como era o MFA.

A interpretação destes temas de Adriano Moreira (seja o «novíssimo príncipe», seja o «presidencialismo de primeiro-ministro» aplicado a Cavaco Silva coabitando com Soares) é uma das questões mais fascinantes da teoria política em Portugal. Não penso que ele seja mal-intencionado ao avançar para estas fórmulas, nem sequer penso que o faça apenas para chamar a atenção dos jornalistas que as utilizam. Mas admito que há, como com Franco Nogueira ou Veiga Simão, uma dificuldade intrínseca na passagem de um regime para o outro que impede a interpretação objectiva da «novidade». Em geral, quem perde terá sempre alguma dificuldade em identificar as razões da derrota. Para os que participaram no anterior regime e são, depois, chamados a ter algum papel no novo regime, ao menos como memória crítica, há uma dificuldade insuperável em combinar duas linguagens distintas.

242: [...] um permanente expediente para a afirmação do bonapartismo na transição constitucional que se seguiu.

É compreensível que se procurem conceitos de enquadramento comparativo, mas já é difícil explicar que se utilize a designação de «bonapartismo» para sintetizar um processo em que a vertente bonapartista teria tido a sua máxima intensidade quando esse processo começa e vai diminuindo regularmente durante todo o período. Teria sido, quando muito, um bonapartismo muito envergonhado — talvez mais um bonapartismo da «associação dos amigos de Eanes» (que eram muitos e variados) do que de Ramalho Eanes. Alguém terá imaginado o parlamento cercado por tropas na tarde da votação do governo Nobre da Costa? É verdade que houve quem manifestasse essa paixão pela banda desenhada histórica, mas foi só o Castro Caldas, então conselheiro jurídico do Presidente da República, hoje distinto e corporativo bastonário da Ordem dos Advogados. Estas referências às afirmações bonapartistas lembram-me as tendências bonapartistas da política americana do pós-guerra com Patton, MacArthur ou Eisenhower.

243: [...] mas também na legitimidade castrense do vencedor do 25 de Novembro e, simultaneamente, CEMGFA.

A verdade é que depois do 25 de Novembro se defendeu com vigor a tese de que Eanes deveria permanecer chefe do Estado-Maior do Exército porque era aqui que estava o verdadeiro poder de contenção, era aqui que estava a barreira de resistência ao intervencionismo militar dos outros ramos. Era a fase

da «pureza dos ideais do 25 de Abril», mas também era o oposto do projecto bonapartista: era, de facto, o tema do antibonapartismo, a afirmação de uma força de resistência dentro da estrutura militar, com massa intrínseca suficiente para que ninguém conseguisse movimentá-la (e a massa intrínseca era o que caracterizava o exército, ao contrário do que acontecia nos outros ramos, menos numerosos e mais vulneráveis ao elitismo, à influência dos seus chefes). Neste sentido, a legitimidade castrense do vencedor do 25 de Novembro residia estritamente na sua recusa em instrumentalizar os militares — tornando-se, então, igual aos que vencera se esquecesse esse compromisso de não utilizar os militares e tendo a obrigação de, pelo contrário, os fazer regressar para o interior da sua instituição.

243: [...] a recusa de Eanes em responder às pressões que sobre ele eram feitas na vigência desse I Governo para encontrar uma alternativa ao governo minoritário do Partido Socialista traduziria por parte do Presidente uma concessão parlamentar do sistema que o próprio parlamento reforçaria ao aceitar o desafio que lhe foi lançado com a moção de confiança, derrubando o governo que Eanes não foi capaz de substituir.

Esta é uma interpretação que me parece errada do princípio ao fim. E é um erro grave, porque impossibilita a interpretação do conflito de Sá Carneiro com Eanes, que vai levar ao abandono do PPD por Sá Carneiro e às acusações de um «golpe peruano» que estaria a ser congeminado por Eanes. Em Setembro de 1977, em Belém, Sá Carneiro propõe a Eanes que este chefie uma aliança do PPD e do CDS com a finalidade de afastar o PS do governo. Eanes recusa e Sá Carneiro elabora uma interpretação elementar para essa recusa: se Eanes não está com ele nem com o CDS e está a criticar o governo do PS, é óbvio que tem um projecto próprio, que só pode ser de base militar (na moda da época, «peruano»). Que os comentadores encontrem aqui uma afirmação da concepção parlamentar de Eanes, é uma terrível injustiça para com Sá Carneiro que, não tendo razão (neste como em outros casos), tinha, apesar disso, grandeza nos seus erros. E este erro ainda servirá a Soares para legitimar a revisão constitucional de 1982, removendo de cena o que resta do antes por ele celebrado MFA.

Por outro lado, dizer que o «parlamento aceitou o desafio» é reduzir a muito pouco uma questão essencial: o que levou o PCP a votar contra o governo de Soares? Será excessivo pensar-se que só o fez porque Sá Carneiro estava fora do PPD e também só depois de se certificar (tanto quanto pode haver certezas nestes casos) de que Eanes não convidaria Sá Carneiro para tentar formar governo? E não teria tido importância a situação económica e a necessidade vital de celebrar um acordo com o FMI — que, como era então

natural, o PCP pretendia evitar? O parlamento não aceitou desafio nenhum porque nenhum desafio lhe foi colocado, tudo ficou decidido antes, o parlamento foi apenas o «notário» perante quem se celebrou o negócio jurídico da queda do governo.

A importância das percepções erradas é sempre considerável nas relações políticas. No caso de Sá Carneiro e nas suas relações com uma personalidade hermética como Eanes, o efeito das percepções erradas assume o valor de um verdadeiro distribuidor aleatório. É o tipo de questões que nunca pode deixar de ser considerado quando se está numa relação triangular presidente/primeiro-ministro/chefe da oposição. Este é um exemplo forte da importância das personalidades na configuração das realidades políticas. Quando não se tem em conta esta dimensão da política — as personalidades e o modo como interpretam as relações em que estão envolvidas —, acaba-se a ter de identificar protagonistas institucionais, como o parlamento, que, de facto, se limitam a ser telas de projecção do que já está filmado.

243: [...] a formação do II Governo significaria o «desenvolvimento da lógica parlamentar» já que Eanes fora obrigado a «não impor nem deixar que se impusesse à Assembleia da República nova fórmula minoritária».

Só se a lógica for uma batata, onde, começando por um ponto, se volta ao mesmo se não se levantar o dedo. A política não é isso, nem tem essa lógica da batata. O II Governo era para ser uma aliança entre o PS e o PPD, mas Sousa Franco não se aguentou no balanço com Sá Carneiro a agitar o barco do lado de fora. Esteve mais de um mês a negociar, só que não deu nada. Mas como explicar que Soares se tivesse mantido tão disciplinado durante mais de um mês de negociações inúteis, acabasse por aceitar a aliança com o CDS e suportasse um governo «estranho» (no mínimo!) durante uns meses? Lógica parlamentar? Uma ova é que foi a lógica parlamentar, o que contou foi o pilim do FMI: estes só davam se o programa tivesse um apoio parlamentar maioritário e foi por isso (e não por causa da expressão, inventada para a ocasião, da «maioria estável e coerente») que Eanes conseguiu impor o governo de maioria (o que era necessário para satisfazer os critérios do FMI, mas também o que lhe convinha para poder vir a dar o passo seguinte, o passo dos governos de iniciativa presidencial, o que restava como solução quando nenhum governo maioritário era possível e também não podiam ser realizadas eleições porque não havia legislação eleitoral nem recenseamento eleitoral actualizado depois da vinda dos colonos de África).

Não se pode analisar o governo PS/CDS pelo que é (um absurdo), mas sim donde vem (do fracasso das negociações entre o PPD e o PS) e para o que vem (assegurar uma maioria parlamentar que ratifique o acordo com o FMI). E, já agora, é preciso explicar para onde vai (para os governos de

iniciativa presidencial e para o descrédito eleitoral do PS, de que acabaria por surgir a maioria absoluta da AD). Não parece que isto se possa apresentar como o desenvolvimento da lógica parlamentar.

Se nada disto significa o desenvolvimento da lógica parlamentar, também não tem nada a ver com vontades bonapartistas. Eanes não intervém como militar, mas sim como racionalizador das relações entre partidos. E é por isso que, em 1979, personagens ilustres (Victor Cunha Rego, Vasco Pulido Valente, Loureiro dos Santos, Mota Pinto, Casqueiro — quem diria que eram tantos e tão interessantes!) procuram o apoio de Eanes para a formação de um partido, e não para cercar o parlamento com tropas. Nem parlamentarismo, nem bonapartismo, mas sim uma relação complexa entre personalidades que se vigiam mutuamente, e onde cada uma abre oportunidades de movimento às outras, muitas vezes mais por erros de percepção do que por vontade deliberada.

244: Eanes preferiu ir preparando o terreno para uma intervenção, retirando argumentos aos que pretendiam impedi-lo de a tomar [...] a coligação PS/CDS, que suportava o II Governo, reflectia, como na altura anotou José Miguel Júdice, a «tentativa voluntarista de criar uma leitura parlamentar do sistema constitucional português e de assegurar que todo o espaço político, de acordo com as regras teóricas dessa forma de governo, se circunscrevia à Assembleia da República».

Por uma vez, uma boa descrição na primeira parte, mas logo a seguir um erro de interpretação. Parece-me adequado descrever o método seguido como sendo legalista até ao limite: forçar os outros a imporem a justificação do que tinha de ser feito, sem nunca se ultrapassar o que estava escrito na identificação dos poderes institucionais. Era um sistema de decisão «com as mãos atadas» — mas onde o próprio tecia as cordas com que era atado, o que Júdice, obviamente, não compreendeu, ao tentar integrar este procedimento numa classificação canónica como a «leitura parlamentar». A leitura parlamentar que aqui aparece era, no campo das relações políticas, o equilíbrio em relação aos apelos presidencialistas, equilíbrio esse que era obtido, no campo político-militar, pela conjugação das três legitimidades (democrática, funcional, revolucionária) — sendo certo que quanto mais eficaz era a gestão destas três legitimidades, mais prementes e insistentes eram os apelos para a afirmação presidencialista, um círculo vicioso para o qual não havia saída definitiva, mas só soluções temporárias.

Os erros de interpretação têm alguma justificação quando são cometidos na leitura imediatista dos acontecimentos, dispondo de informação parcial. Porém, a passagem do tempo e uma perspectiva mais distanciada deveriam permitir uma leitura mais consistente do que eram as intenções e as motiva-

ções. Em especial, é preciso não esquecer que, em 1977 e 1978, a possibilidade de realizar eleições estava condicionada pela falta de condições (legislação eleitoral e recenseamento actualizados), o que implicava que o poder de dissolução estava «congelado».

245: [...] traçou a esse governo metas precisas, um quase programa mínimo [...] estabelecendo as condições para a sua próxima demissão logo no próprio acto de posse. Caso essas metas não fossem atingidas, estaria justificada a demissão do governo, como efectivamente viria a acontecer.

Não é verdade. As «metas precisas» eram a satisfação prévia das condições impostas pelo FMI, o que terá mesmo sido um dos mais importantes actos de protecção a um governo que Eanes terá feito em discursos públicos. A meta crítica que foi colocada nesse discurso é de outro tipo, é a exigência da «maioria estável e coerente» — estável: por uma legislatura ou até ao fim da legislatura; coerente: na base de um programa ou acordo escrito — que funcionava como um antídoto ao que se previa iria ser a atitude de Soares: logo que aliviasse a aflição financeira, apareceria o conflito e a ruptura com o CDS. Dito e feito, assim foi. Eanes não «foi, assim, preparando a decisão que tomou de demitir o primeiro-ministro»; pelo contrário, criou uma condição preventiva: se rompes, cais. Rompeu, caiu. Mas só caiu depois de confirmado, em reunião conjunta de Eanes, Soares, Freitas do Amaral e Garcia dos Santos, que estava denunciado o acordo entre os dois partidos (denúncia para a qual se tinha preparado a frase do discurso de 25 de Abril de 1978 «importa menos quem governa e mais como se governa», em que o «quem» se refere à combinação insólita entre o PS e o CDS e o «como» se refere à solidez do «acordo parlamentar de incidência governativa»).

245: [...] o Presidente não podia demitir, mas tão-só constatar a eventual exoneração do primeiro-ministro, após perda de confiança do parlamento, o que ainda não acontecera.

Este é um ponto importante, mas que só se pode desenvolver com a cronologia da crise, o que não aparece neste artigo. Com risco de algum lapso de memória da minha parte, esta crise desenrola-se entre uma sexta-feira (talvez quinta-feira) e uma quinta-feira (talvez sexta-feira). O primeiro ponto é a reunião em Belém do presidente (acompanhado do chefe da Casa Militar) com Soares e Amaral. No sábado há declarações de Soares a uma rádio francesa equacionando a sua saída do governo. Na terça-feira, Sottomayor Cardia lança o tema de que o governo só poderia cair no parlamento, pelo que deveria continuar em funções até à reabertura da Assembleia em Outubro, devendo os ministros do CDS ser substituídos por personalidades do PS. Na quinta-feira, o presidente exonera Soares, declarando este que

se sentia como um pássaro fora da gaiola (curiosamente, já Pinheiro de Azevedo usara uma frase semelhante, mas aplicada a Eanes em 1976, quando este aceita ser candidato: «é um pássaro metido na gaiola», subentendendo que a gaiola eram os militares do Conselho da Revolução).

A importância da cronologia confirma-se em dois factos simples: as decisões de Eanes foram, no essencial, geradas pelas atitudes de Soares (a hipotética vontade de Eanes é uma coisa, a oportunidade para a concretizar é outra); a leitura da Constituição foi estabelecida pelo jogo de escalada de parada e resposta, não tendo servido de fundamento doutrinal para as decisões de Eanes (os «constitucionalistas de serviço» Jorge Miranda, Mota Pinto e Miguel Galvão Teles foram chamados *a posteriori*, para validarem o que já estava decidido). Para além disto, também a nomeação do primeiro governo de independentes não é imediata, é precedida pelo «convite» aos partidos parlamentares para que vão à televisão explicitar ao país as razões que os levam a não poderem estabelecer um novo acordo de maioria parlamentar «estável e coerente» (pelo PS vai Jaime Gama).

O artigo não tem grandes preocupações cronológicas e não é justo questioná-lo neste aspecto. No entanto, em certos golpes de esgrima só mesmo em câmara lenta se pode observar o que se passou. Na análise política, quando o jogo das percepções cruzadas é importante, não é possível referir certos temas sem ter a rede cronológica bem identificada. A exoneração de Soares é um desses casos, ainda que nem todos os intervenientes no processo tenham o mesmo interesse na descrição precisa da sequência dos passos. E nem mesmo esta nota tem o rigor que seria necessário para uma descrição adequada, pois não considera o que foram as reuniões entre dirigentes partidários e o que foram as análises feitas, nesse período de maior turbulência, pelos comentadores.

246: *[Eanes] avisou que nunca quis «assumir poderes que me não foram conferidos», mas acrescentou que não podia «eximir-se aos deveres que me foram impostos».*

É um bom retrato de Eanes, mas também é um bom exemplo do modo como a Constituição foi sendo interpretada em função das circunstâncias (como também aconteceu no caso da V República em França). Eanes não quer, mas é obrigado — e pouco importa que tenha preparado a «obrigação», pois pode sempre dizer-se que a sua intenção era apenas preventiva e dissuasora, não sendo culpa sua que não o tenham levado a sério e tenham tornado inevitável a «obrigação».

Este mecanismo de decisão com as «mãos atadas» é típico de uma estratégia defensiva, de uma «posição clausewitziana», que se adapta bem ao estatuto e funções do Presidente da República. Mas é um processo de decisão muito lento, que tem de deixar «amadurecer as situações», que tem de

esgotar as alternativas até que só um caminho reste. O que significa, em termos das funções institucionais, que não é um mecanismo de decisão que possa ser transferido para uma posição executiva. Mesmo que Eanes quisesse aumentar o seu grau de intervenção, o que tinha contribuído para o seu sucesso na posição presidencial não se manteria se passasse a assumir maiores responsabilidades executivas. Isso viu-se no funcionamento dos governos de iniciativa presidencial e provou-se durante a sua fracassada experiência partidária.

246: [...] a recusa dos partidos em viabilizar Nobre da Costa foi vista por Eanes como uma «subalternização» da «missão institucional do Presidente da República».

Não posso confirmar que Eanes alguma vez tenha usado o termo *subalternização*. Mais grave é o facto de, algumas linhas depois, o artigo relacionar este termo com a «maioria presidencial». («Tratava-se, de facto, com a nomeação desses governos presidenciais, de actuar politicamente o que se denominava ‘maioria presidencial’, na impossibilidade de conseguir uma maioria parlamentar.») Aqui o tema é mais sério do que parece, pois põe em jogo, aparentemente, um tema que não estará sujeito a dúvida (é evidente que Eanes «sentiu» a rejeição da «solução» Nobre da Costa, sobretudo depois de ter preparado de modo tão cuidadoso a sua inevitabilidade, incluindo mesmo o reconhecimento público dos partidos de que não conseguiam chegar a um acordo que conduzisse a uma maioria parlamentar). E não admira que, nesta oportunidade, se tivessem feito sentir com mais veemência os apelos a uma expressão da autoridade presidencial. A verdade é que estas interpretações, aparentemente naturais, não são as mais adequadas ao que realmente aconteceu.

A «maioria presidencial» foi sempre entendida por Eanes como uma fórmula de recurso (na falta de outra) e em contextos de emergência (sem acordo de partidos e sem possibilidade de recorrer a eleições antecipadas — e as duas condições são necessárias para identificar o contexto deste período, uma só não seria suficiente). E teria de ser sempre assim, mesmo que Eanes não quisesse reconhecê-lo. De facto, a maioria presidencial era formada por três partidos, o PS, o PSD e o CDS; PS e CDS estavam incompatibilizados, o PSD falhara o acordo com o PS e apostava na exploração das contradições ente o CDS e o PS (contra a tese da «bossa de camelo» de Amaro da Costa), ao mesmo tempo que Sá Carneiro se aproximava de Eanes agora que este aceitara entrar em confronto com Soares. O que era, nestas circunstâncias, a «maioria presidencial»?

É claro que a «maioria presidencial» podia também ser interpretada como a maioria eleitoral que elegeu o presidente. Foi essa leitura que Eanes nunca usou nem pôs em prática, nem mesmo com os governos de iniciativa presi-

dencial. Não tem justificação objectiva, portanto, dizer-se que «*na prática traduzia-se o predomínio da lógica do presidencialista do sistema de governo sobre a sua lógica parlamentarista*». E tanto não tem sentido que Eanes recorreu depois, e por três vezes, a dissoluções do parlamento, mesmo quando decidiu lançar o seu próprio partido (quando, tendo chegado ao fim o seu segundo mandato, já não poderia referir-se a uma maioria presidencial, nem poderia fazê-lo indirectamente através do «seu» candidato presidencial). Hoje pode ridicularizar-se Eanes, acusando-o de hesitação ou de impreparação. A verdade é que, enquanto foi presidente, não se desviou do que era a sua leitura, única e permanente, do que devia ser o equilíbrio entre a componente presidencial e a componente parlamentar.

Eanes terá sido um dos responsáveis políticos que teve um campo de manobra mais amplo nestas duas décadas. Apesar disso, o seu percurso real (como presidente) foi mais linear do que seria de esperar para quem tinha uma margem de manobra tão ampla. E, por isso mesmo, o seu percurso foi mais previsível, até ao fim, do que os comentadores quiseram reconhecer em cada um dos momentos.

247: [...] discussão da caracterização do poder de intervenção presidencial — se executivo também, ou meramente representativo, se moderador ou orientador.

Estas dicotomias não me parecem as mais adequadas. Parece-me claro que, no caso de Eanes (com Soares é diferente e muito mais complexo), a primeira dicotomia terá como resposta uma dupla negação: nem executivo, nem meramente representativo. A segunda dicotomia também não pode ser analisada nestes termos, pois a resposta depende das circunstâncias e, por vezes, até dos temas.

Obrigado a articular três legitimidades distintas, o primeiro mandato de Eanes (o segundo já não tem esta articulação de três legitimidades, já contém o problema da transição para uma nova actividade após o fim do último mandato e, por isso, é estruturalmente diferente do primeiro) é intrinsecamente moderador. Quando assegura a protecção de um governo minoritário, também é moderador, amortecendo uma parte considerável da agressividade das oposições. Quando aceita a sucessão de três governos presidenciais (um derrubado; outro baseado na permissão do PS e do PSD; o terceiro organizado com a permissão do Conselho da Revolução para que pudesse haver eleições antecipadas), continua a exercer um poder moderador. Quando gere a conflitualidade com a AD, ainda é um poder moderador. Quando dissolve o parlamento, em 1983, para que haja eleições, em que o PS ganha (mas não tanto como poderia ganhar se as eleições fossem marcadas para Outubro, e não para Abril, quando o desgaste da AD de Balsemão não tinha ido tão longe como certamente iria se a dissolução só ocorresse em Junho), continua

a ser o exercício de um poder moderador. E a última dissolução, com Cavaco a desempenhar o papel que Freitas do Amaral tivera em 1978, ao romper o acordo entre o PS e o PSD, ainda tem uma justificação moderadora, mesmo que o seu objectivo último fosse o lançamento de um partido.

O contexto moderador do primeiro mandato, quando se trata de estabilizar as instituições, é uma opção que se impõe por necessidade, permitindo a Eanes encobrir inseguranças e insuficiências. Mas também era essa a necessidade estratégica: a função de orientação não poderia ser muito activa, pois o objectivo essencial era a normalização, isto é, a neutralização e absorção dos excessos que vinham do período anterior. Uma maior potência orientadora por parte do presidente teria conduzido a um grau de conflitualidade política e social muito superior ao que realmente se verificou.

O poder orientador, em termos públicos, não passou do nível do discurso, e sempre em fórmulas vagas. A nível privado, nas reuniões com os primeiros-ministros, o grau orientador terá sido necessariamente reduzido, porque a primeira preocupação seria sempre evitar que o primeiro-ministro pudesse invocar as posições do presidente para justificar as suas próprias posições (sobretudo as impopulares). No ponto limite, esta preocupação do presidente em não aparecer como avalista levou ao episódio (de curta duração) dos dois gravadores no tempo de Balsemão (e cujas fitas só foram usadas em declarações públicas uma vez, mais para provar que podiam ser usadas do que por o tema ser realmente importante).

Entre poder moderador e poder orientador, o maior peso vai para o primeiro. Mas, quando, no artigo, se fala de «poder directivo e orientador» ilustrando-o com uma frase «trivial» de Eanes («a função do primeiro-ministro está directamente dependente da expressão de confiança política que em relação a ele manifesta o Presidente da República»), está a levar-se demasiado longe a ilustração. Aliás, é essencial não esquecer o contexto das frases políticas: esta citação de Eanes corresponde ao «fim de Balsemão», já depois de o ter feito passar pela «humilhação dos gravadores, é uma declaração feita na última remodelação deste governo, a seis meses da célebre «derrota nas autárquicas» (por variação de 1%) diagnosticada por Freitas e que leva Balsemão a apresentar a demissão.

Em contrapartida desta «orientação moderadora», Eanes terá tido a percepção correcta de que a adesão de Portugal à CEE, em 1985, iria alterar as condições do exercício deste poder moderador, na medida em que o enquadramento comunitário passaria a realizar essa função de orientação moderadora. Esta mudança ocorre quando termina o segundo mandato, mas não terá sido indiferente para a sua decisão de lançar um partido: não era só uma mudança de actividade porque não poderia recandidatar-se, também era a resposta à oportunidade de uma mudança de estilo político. O que se seguiu não vem agora para o caso.

247: [...] *solidariedade institucional, mais ampla do que a solidariedade política* [...] *estrita e rigorosa obrigação de respeito recíproco entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o governo, no quadro das respectivas competências constitucionais e da acção concertada, para além de todas as divergências que porventura possam existir.*

Embora as citações usadas no artigo sejam de 9 e de 14 de Janeiro de 1981 (inaugurais do segundo mandato), a primeira vez que é usado o conceito de solidariedade institucional, como sendo mais do que a solidariedade política, é na tomada de posse do governo de Sá Carneiro, suponho que em 4 de Janeiro de 1980.

O que é que levou a «inventar» a solidariedade institucional? O conflito com Sá Carneiro. A Constituição exigia a confiança política, mas não seria fácil sustentar a relação entre Eanes e Sá Carneiro na base desta expressão, que tem implícita a co-responsabilidade (este foi um problema persistente na relação entre Soares e Cavaco Silva depois de este ter atingido a maioria absoluta — aliás, é em contextos de maioria absoluta que a questão da confiança política é mais delicada, pois a divergência publicamente assumida conduz quase directamente à dissolução, o que pode não ter como correspondência a existência de uma alternativa política a essa maioria). Em 1979-1980, o contexto de eleição presidencial e de necessidade de repetição da eleição legislativa (as anteriores eleições antecipadas não inauguravam uma legislatura de quatro anos) era incompatível com a afirmação de um empenhamento mútuo na relação de confiança política. Logo, era necessário desfocar da «confiança» para concentrar na relação institucional — daí a solidariedade institucional, a obrigatoriedade do respeito recíproco. É este ponto que depois se explicita em 1981, mas a sua origem efectiva está na gestão da relação com Sá Carneiro após a vitória da AD em 1979.

O discurso político é, muitas vezes, mais um produto das circunstâncias do que o resultado da maturação de um pensamento político. O «conceito» de solidariedade institucional é um exemplo desse utilitarismo, mas vai ter um destino longo e até «descendência» em outros «conceitos» como a magistratura de influência. E é curioso como quem os utiliza sente a necessidade de os definir, como se eles próprios ficassem surpreendidos com a sua eficácia. Em ambos os casos e com dois presidentes são fórmulas de estabilização ou de contenção em contextos de coabitação — são fórmulas de distância, mas não de ruptura, e que permitem uma gestão cuidadosa da relação institucional.

É também aqui o sentido de equilíbrio de Eanes o que aparece no primeiro plano — certamente mais importante do que qualquer poder directivo e orientador. Estrita e rigorosa obrigação de respeito recíproco... Presidente, Assembleia, governo... respectivas competências constitucionais (formalis-

mo)... acção concertada (indo tão longe quanto a concertação das três instituições permitisse)... para além de todas as divergências que porventura possam existir (garantia de autonomia dos valores políticos de cada parte). Eanes no mais puro, contra os apelos «gaullistas», mas sempre com a preocupação de conter a especial «energia» de Sá Carneiro.

Com Soares, o problema da relação com Cavaco vai ter um tratamento muito mais detalhado nas sucessivas «Intervenções» — cuja principal finalidade terá sido a de permitir uma reflexão anual sobre o estado destas relações institucionais. O facto de estas relações cobrirem um período de dez anos torna estes textos um interessante depósito de informações (mais o primeiro capítulo do que as colectâneas de discursos e entrevistas).

Para além do sentido de equilíbrio de Eanes, também havia uma necessidade prática muito concreta, com raízes em Abril/Maio de 1979. Em Abril há a cisão do grupo parlamentar do PSD, a pretexto de uma questão menor (o orçamento), a que se segue, em Maio, a proposta de uma aliança entre o CDS e o PSD, por iniciativa de Amaro da Costa (que coloca essa proposta primeiro a Sá Carneiro, mas dizendo que, se este não a aceitasse, a colocaria ao grupo de dissidentes do PSD). A partir do momento em que Sá Carneiro aceita aquilo que vai ser a AD e se torna óbvio que Mota Pinto não aguenta a pressão, coloca-se o problema central: eleições antecipadas ou não? A resposta é simples desde que se fixe o valor da ameaça da AD: se a ameaça é real e se a recusa de eleições antecipadas estiver a contribuir para reforçar essa ameaça, será preferível aceitar as eleições antecipadas, ainda que elas ofereçam a vitória à AD. Mas há uma razão adicional a apontar no mesmo sentido: se a AD estiver em condições de ganhar as eleições, então é preferível que as ganhe em 1979, um ano antes das eleições presidenciais, do que em 1980, a três meses das eleições presidenciais. A justificação é óbvia: sendo imperativo constitucional a realização de eleições legislativas em 1980, se então se verificasse uma onda de vitória conservadora, seria sério o risco de essa onda se reflectir nas eleições presidenciais. Pelo contrário, uma vitória em 1979 daria tempo de desgaste a essa fórmula (desgaste que não aconteceu) e, se fosse uma fórmula com sucesso, permitiria demonstrar que esse sucesso foi conseguido coexistindo com Eanes, o que dificultaria a possibilidade de a AD sustentar uma candidatura presidencial alternativa.

O tema da solidariedade institucional (que era apresentado como sendo mais do que a solidariedade política, ou seja, que podia existir e ser eficaz mesmo não havendo solidariedade política) responde directamente a esta necessidade. Como na descrição de um jogo de xadrez, é essencial manter a ordem certa das jogadas, sem o que se perde o sentido da estratégia e até a compreensão de cada movimento.

Incidentalmente, há dois acontecimentos insólitos que estão relacionados com este dispositivo da solidariedade institucional. O primeiro é a interven-

ção desastrosa de Eanes depois da vitória da AD em Outubro de 1980, quando afirma que nada de essencial o separa do programa da AD (esbate a diferença entre solidariedade institucional e solidariedade política, numa reacção obviamente descontrolada, e que Soares vai aproveitar para lhe retirar o apoio na candidatura presidencial). O segundo é a declaração de Sá Carneiro de que não continuará como primeiro-ministro se Eanes vencer as presidenciais (desvalorizando a solidariedade institucional, para exigir a solidariedade política). São acontecimentos insólitos quando deslocados do seu contexto efectivo, mas compreensíveis quando inseridos no jogo de luz e sombra que este conceito de solidariedade institucional proporciona.

Certo é que esta utilização do conceito de solidariedade institucional é um dispositivo de gestão de equilíbrios que não foi considerado pelos autores e redactores da Constituição, mas que, não obstante, teve uma ampla utilização «constituente» no campo da interpretação do exercício dos poderes presidenciais ou, pelo menos, na sua justificação pública.

248: O protagonismo presidencial [...] um acentuado decréscimo até finais de 1980, com os primeiros governos da AD, para recrescer a partir da reeleição presidencial desse ano

É uma visão do exterior, não corresponde à realidade efectiva das coisas. As circunstâncias da maioria absoluta da AD e do confronto das candidaturas presidenciais são condições muito especiais. Mas vale a pena recordar que Sá Carneiro, em Junho ou Julho de 1980, decide deixar de se deslocar a Belém para as reuniões semanais, para passar a informar o presidente por carta. Uma decisão desta importância não terá, certamente, sido tomada sem uma razão forte. E o «recrescimento» do protagonismo presidencial tem mais a ver com a morte de Sá Carneiro e a promoção de Balsemão do que com uma vontade específica de Eanes (que só «acorda» para um maior grau de intervenção quando percebe que a revisão constitucional vai pôr em causa os seus poderes, contra o que estava explícito no acordo que tinha celebrado com o PS no contexto da sua candidatura ao segundo mandato — e que também era, em 1980, um modo de restabelecer ligações com o PS para poder responder à ofensiva de Sá Carneiro).

Certamente não se diria que o Conselho da Revolução teve um fraco protagonismo durante este ano de 1980, quando veta as propostas de alteração da lei da delimitação dos sectores. Mas será razoável separar o protagonismo do Presidente da República do modo de actuar do presidente do Conselho da Revolução? É certo que Eanes não tomou posição neste último estatuto, mas também é certo que, desde Agosto de 1976, tinha criado uma «divisão» no Conselho que lhe permitia «decidir as decisões» através dos movimentos de dois (pelo menos) conselheiros «móveis». Nem sempre o

protagonismo está onde se julga que vai estar, e nem Sá Carneiro interpretou correctamente todos os casos. Neste ponto, porém, não teve dúvidas: onde estava a decisão do Conselho da Revolução via a decisão do Presidente da República e sempre o disse publicamente.

Aliás, o protagonismo presidencial nem sempre aparece de modo directo. Em 1980, por exemplo, Eanes tinha de preparar as condições da sua reeleição, o que o obrigava a acautelar as suas relações com o PS, trabalhando a formulação de um acordo político (que veio a ser decisivo para a reeleição, neutralizando o «grito de alma» de Soares quando este lhe retira o apoio) — mas que também está na base da promulgação do Estatuto dos Açores, um texto obviamente inconstitucional, mas que não foi enviado (ao contrário da lei dos sectores) à Comissão Constitucional. As vitórias eleitorais são construídas com padrões complexos e nem sempre derivam directamente do grau de protagonismo presidencial visível.

Dos trabalhos preparatórios da reeleição também fazia parte a necessidade de esclarecer se Soares e Sá Carneiro seriam ou não candidatos. Se um ou outro ou ambos fossem candidatos, a candidatura de Eanes seria dificilmente explicável e sustentável, designadamente numa segunda volta. Se o protagonismo presidencial estava em acentuado decréscimo, o que levou os dirigentes partidários a não tentarem a sua sorte? Só Soares esboçou uma tentativa, mas já demasiado tarde e, de facto, sem convicção. Sá Carneiro, por seu lado, preferia o risco de apoiar um «outro Eanes» com um candidato como Soares Carneiro (sugerido por Amaro da Costa) do que apresentar-se a uma eleição presidencial quando ainda não estava absorvida a questão militar. De facto, não é uma questão de intensidade da intervenção presidencial, mas sim uma questão da possibilidade da candidatura de um civil enquanto existir o Conselho da Revolução.

249: Sá Carneiro [...] crescente afirmação «parlamentarista» do sistema contra o «presidencialismo» eanista.

Este é um ponto delicado e sério quando se combina esta vocação parlamentarista de Sá Carneiro com a escolha do candidato presidencial Soares Carneiro. Tanto quanto consegui reconstituir o processo de selecção do candidato presidencial da AD, ele é proposto por Amaro da Costa e não se pode excluir que houvesse uma intencionalidade presidencialista futura, quando Soares Carneiro, se fosse presidente, seria chamado não só a controlar o Conselho da Revolução (como desejaria Sá Carneiro), mas também a controlar Sá Carneiro (como desejaria Amaro da Costa). A AD é uma entidade muito mais complexa do que aparece neste artigo. Em especial, o artigo não considera o papel dos «reformadores» e do seu manifesto, que justificaria uma longa análise (não pelo seu peso eleitoral, que nunca existiu, mas sim pelo seu significado estratégico para a interpretação do contexto da época).

A complexidade da AD é um tema que nunca foi desenvolvido na análise política portuguesa, o que pode ser explicado pelos seus três aspectos superficiais e mais visíveis: a maioria absoluta, a morte dos seus inspiradores e a derrota presidencial. Fica por esclarecer o modo como a direita foi organizada e o que poderia ser a coexistência, neste quadrante política, de uma tradição autoritária personalizada com uma estrutura partidária bicéfala, a que se poderia ter juntado também uma estrutura institucional bicéfala (se o «projecto» de Soares Carneiro tivesse tido sucesso). Esquecer os derrotados nem sempre é uma boa atitude na análise política.

249: [...] Sá Carneiro lançou a palavra de ordem: um governo, uma maioria, um presidente [...]

Esta palavra de ordem não tem origem em Sá Carneiro, é da FRS. Em qualquer caso, é tudo menos um triângulo «parlamentarista». E não se entende sem ter em conta a existência do Conselho da Revolução no quadro específico da Constituição de 1976. A mesma palavra de ordem tem, de facto, significados muito diferentes em função de quem a pronuncia. Para a FRS, era uma garantia de protecção e pretendia ser um reforço da sua credibilidade como centro de poder estável para as legislativas de Outubro. Para Sá Carneiro, no mesmo contexto, era o suporte da maioria absoluta que tinha acabado de obter em Outubro, mas também era o instrumento essencial para neutralizar o Conselho da Revolução. Década e meia depois, num contexto completamente diferente (e que só por ignorância e por gosto do paradoxo se podia comparar com a configuração estratégica de Sá Carneiro), com protagonistas que antes estavam no campo oposto em termos de eleição presidencial, é uma fórmula reeditada por Jorge Sampaio, confirmando que não há direitos de autor nas formulações políticas.

249: [...] Ramalho Eanes, obrigado a procurar na esquerda o apoio necessário à reeleição, e dentro dela no Partido Socialista. Mas o Partido Socialista vende caro esse apoio e exige de Eanes a celebração de um acordo.

Não é verdade. Quem toma a iniciativa de propor um acordo é Eanes, usando Fernando Reino (chefe da Casa Civil) e Lencastre Bernardo. O seu objectivo é evitar a fluidez dos entendimentos de 1976, que deixou um excesso de liberdade interpretativa que Soares usou, como sempre fez, para, embora nunca mentindo, ir adaptando a verdade às suas conveniências. Havia, em especial, a questão dos três poderes (democrático, militar e revolucionário), que Soares via como uma soma excessiva e que Eanes via como uma subtracção, ou como uma neutralização recíproca, que não lhe servia para nada. E também havia a «ferida aberta» da exoneração de um primeiro-

-ministro socialista. Por isso, Eanes tem para oferecer, desde o primeiro momento dessas negociações por ele propostas, o abandono do cargo de CEMGFA e a garantia de que não exonera, por sua iniciativa, um governo socialista, ao mesmo tempo que abandona a exigência de governos de maioria estável e coerente.

Não é o PS que exige este acordo e Soares desconfia dele desde o primeiro momento, escolhendo para as negociações Eduardo Pereira e Vítor Constâncio (mais tarde haverá uma reunião entre Soares e Eanes em que está presente Medeiros Ferreira). Do ponto de vista da eleição presidencial, o verdadeiro interesse do acordo surge quando Soares resolve, unilateralmente, abandonar o apoio a Eanes (no que terá sido a mais insólita «intuição» de Soares, só comparável, *et pour cause*, com as manifestações públicas de receio pela «ditadura da maioria» de Cavaco Silva quando este já estava de partida, decidido a «sair de cena»). Do ponto de vista da evolução política futura, este acordo só vai ter interesse como um capítulo da história interna do PS, um capítulo hoje secundarizado, mas que tem como enredo fundamental a ruptura de Zenha com Soares, um acontecimento essencial que continua sem a análise que merece.

249: *Trata-se de um novo pacto [...]*

Poderia ter sido, mas não foi, pela razão óbvia de que o PS (ou melhor, Mário Soares em articulação com Balsemão) não vai respeitá-lo, usando-o como razão fundamental da revisão constitucional de 1982. Mas importa considerar os termos do «pacto-acordo» (repito: não foram impostos pelo PS, foram propostos por iniciativa de Eanes — os que acima referi — ou aceites sem dificuldade — por exemplo, não nomear governos de iniciativa presidencial) como uma leitura de Eanes sobre a sua experiência do primeiro mandato e que não aponta para qualquer leitura presidencialista ou parlamentarista. É, uma vez mais, a confirmação do seu sentido de equilíbrio das instituições através dos equilíbrios dos poderes. Só que esse sentido de equilíbrio tinha perdido o seu eixo central quando se cumpre a promessa do fim da transição com a extinção do Conselho da Revolução: é aqui, muito mais do que na reformulação dos poderes presidenciais, que está a alteração principal gerada pela revisão constitucional de 1982 — depois dela, nada ficou como era até então.

250: [...] *rejeitando o projecto próprio de revisão constitucional, o referendo, a indispensabilidade de maiorias parlamentares e a iniciativa de governos próprios.*

1264 Estas «rejeições» só têm conteúdo dentro de «processos de intenção» que foram feitos a Eanes, não correspondem a projectos reais — e, quando

alguns destes pontos se tornaram realidades políticas, foi em função das circunstâncias, e não como linhas de acção específicas. Interessante é recordar hoje o destino que teve a questão do referendo, que veio a ser adoptado como um instrumento legítimo e útil na democracia portuguesa por quem antes o rejeitava — em concreto, Mário Soares. Esta mudança de atitude em relação a um instrumento político tão conhecido e tão estudado como é o referendo não se justificará por qualquer inovação teórica que tenha surgido sobre este ponto concreto, ela será, de facto, o resultado da alteração do grupo de protagonistas que pode lançar mão desse instrumento de formação da vontade política.

250: [...] Eanes continuou a intervir no sentido de contrariar a bipolarização que a AD introduzira no sistema partidário e de fomentar o consenso e o entendimento para a formação de um «bloco central», reunindo o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, entre quem se pretendia posicionar.

Estas designações não podem ser utilizadas sem as fazer variar em função dos períodos e das circunstâncias. A questão do bloco central é uma linha contínua durante estas duas décadas — porventura será mesmo uma constante na política portuguesa, uma Nossa Senhora dos Aflitos com que o Diabo se diverte. O mais interessante, no entanto, é compreender as diferenças que se escondem debaixo das saias.

O primeiro bloco central de Eanes era sincero, desejado: foi o que se podia ter formado entre a queda do I Governo e a formação da fórmula estranha do II Governo. Era a tentativa de evitar a radicalização no momento de maior emergência financeira e de maior necessidade de aproveitar a pressão do FMI para introduzir correcções nas expectativas sociais e nas linhas políticas dominantes.

O segundo bloco central, defendido em 1979 como o que «infelizmente» não se concretiza, é a resposta reactiva à existência da AD. Não lhe podendo contrapor a «maioria de esquerda», só podia responder com a proposta da aliança impossível dos dois partidos centrais, que tinha o interesse instrumental de dividir o PSD (uma divisão menos nítida porque já tinha havido a cisão mais importante de 1979, mas ainda assim uma divisão que foi útil no contexto da eleição presidencial de 1980).

O terceiro bloco central, o único que se concretizou, é uma «reacção deliberada» de Eanes: já não tem nenhuma ilusão em relação a Soares (depois da revisão constitucional de 1982, que foi feita contra o que estava previsto no acordo que tinha celebrado com o PS), entende essa fórmula política como uma mera plataforma eleitoral para a candidatura presidencial de Soares. É por isso que decide dissolver o parlamento em Janeiro (contra

o parecer do Conselho de Estado e apesar de a AD lhe ter apresentado um novo governo maioritário, a fórmula Crespo-Barbosa), porque a realização de eleições no Outono, com o inevitável continuado desgaste da AD, poderia ter conduzido a uma maioria isolada do PS (é curioso que Soares, em 1987, quando confrontado com a possibilidade de um governo PS/PRD/PCP, tenha optado pela dissolução, que veio a gerar a maioria absoluta do PSD: ou seja, as dissoluções têm mais que se lhe diga do que o que aparece à superfície). Com este terceiro bloco central não há nenhuma colaboração efectiva por parte de Eanes e, quando surge a oportunidade, não hesita na dissolução (que se efectiva a dois dias do desaparecimento desse poder, seis meses antes do fim do mandato presidencial). Paradoxo dos paradoxos, é isto que vai oferecer a vitória presidencial de Soares, que jamais seria eleito na base de um entendimento entre o PS e o PSD — obviamente, este entendimento romperia antes de se chegar ao dia das eleições, tal como o «apoio» de Soares a Eanes rompeu em 1980.

O quarto bloco central é o próprio PRD, o retrato de Eanes feito da síntese dos dois partidos com que nunca conseguiu estabelecer um relacionamento estável e que, num último gesto de ousadia megalómana (bem diferente do sentido de equilíbrio que antes demonstrara), pretende fundir e substituir: se não aceitam fazer o que ele propõe, vai fazê-lo ele. Viu-se. Porém, e apesar do que se viu, é imprudente esquecer as ilusões que alimentou e a qualidade de algumas personalidades que, não obstante tudo o que deveriam saber, foram conquistadas para esse projecto.

(Mas há mais blocos centrais. O último na lista é o do Guterres, um bloco central só com uma perna, um coxo, que vai para a cama aos saltinhos: este não é para aqui chamado, fica para outra oportunidade.)

Em suma, blocos centrais há muitos e servem para as mais diversas estratégias — o que significa que só se pode falar de bloco central desde que se explicita o tipo de estratégias que cada um contém.

250: Vencido pela maioria parlamentar e pela revisão constitucional, Eanes tentará então adoptar nova estratégia de intervenção.

Falar de «nova estratégia de intervenção» em relação a Eanes (por volta de 1982 e 1983) obriga a ter alguns cuidados. Eanes não é um homem de partido, está isolado em Belém, revoltado contra uma traição que interpreta como um ataque pessoal. A reacção não é a de arrancar para uma luta política aberta, é a de conseguir ter a serenidade suficiente para poder mostrar ao eleitorado a hipocrisia dos que o traíram. É a estratégia de intervenção de um revoltado, não de um agente político. Só por acaso é a estratégia de um presidente, não é um presidente que equaciona uma resposta estratégica.

Alguma coisa aconteceu nesta fase, perdendo Eanes a disciplina da distância, que antes lhe fora tão proveitosa. Em grande medida, o desaparecimento do Conselho da Revolução, que ele tinha conseguido neutralizar com singular eficácia, revelou-lhe antecipadamente o que seria o seu destino: lenço de papel que se deita fora sem pensar duas vezes. É agora que se confronta com a solidão do poder e não aguenta, não estava preparado para isso. Curiosamente, o seu «quase-sósia» Cavaco Silva também não aguentou mais de dez anos, não resistiu à evidência da crise, tal como ele próprio a interpreta desde o 2.º semestre de 1992. A diferença entre ambos está no grau de consciência que cada um tem da inevitabilidade da sua derrota (o que oferece a Cavaco Silva condições para sobreviver, ao contrário do que aconteceu com Eanes — e só porque a diferença entre um economista e um militar é agora uma diferença decisiva).

É compreensível que os jornalistas da actualidade não tenham uma grande preocupação com a identificação destas diversas tonalidades. Mas quando se faz uma análise mais distanciada, estes pormenores passam a ser elementos vitais para estruturar uma interpretação objectiva. Mais importante do que a redução efectiva de poderes (que só serviam para ilustrar a dimensão da traição) era, para Eanes, a traição em si mesma — uma surpresa de que nunca mais recuperou, que o levou aos extremos da ousadia, como o lançamento do PRD e a «conquista» de Salgado Zenha, para acabar, como teria de ser, como um ingénuo que nunca chegou a compreender, de modo efectivo, a relação política.

No intervalo longo em que se podem interpretar as grandes motivações, é possível identificar os acontecimentos centrais que moldaram Eanes: a personalidade de Soares, centrado em si e nos seus interesses; a rejeição do governo de Nobre da Costa (que nunca considerou possível até ao momento da votação); a revisão constitucional de 1982, que lhe retirou as últimas ilusões quanto ao peso da palavra e da honra na política; a vitória de Soares em 1986, aquilo que, por todos os meios e com todos os erros de interpretação e de estratégia, procurou evitar; a derrota do PRD em 1987, que marca a desistência (o episódio da eventual candidatura em 1995 não é mais do que isso, um episódio, embora tivesse à sua disposição a possibilidade de ser o decisor efectivo dessa eleição presidencial, forçando uma segunda volta — mas já não há nenhum incentivo para essa acção). É uma linha continuamente descendente, uma tendência que explica o seu «desaparecimento» após 1987, perdendo toda a sua relevância como personalidade política ou como emissor de um discurso político consistente. Porém, seria errado interpretar este destino pessoal sem o enquadrar na transformação ocorrida nas relações políticas estruturais: Eanes perde relevância porque o centro da relevância se deslocou, deixando-o isolado; não foi ele que mudou, foi o cenário que se movimentou.

251: *O partido eanista era, simultaneamente, resposta a uma «questão sistémica», como também à «estratégia de revisão constitucional», como bem assinalou Joaquim Aguiar.*

Tem alguma ironia comentar um comentário meu, mais ainda quando é utilizado com sentido positivo. A verdade é que não se terá compreendido a ironia originária que me levou a escrever *A Ilusão do Poder*, optando-se por fazer uma leitura literal. Não é ilegítimo, mas não era essa a minha finalidade última. Em suma, até o elogio, quando aparece, é amargo, o fruto não amadureceu como eu teria gostado.

As datas são indicadores suficientes do propósito irónico que presidiu à escrita desse livro: Eanes forma o seu partido em 1985 (e não, como podia ter feito, em 1979 — mas nessa fase não escrevi nenhum livro nem me pronunciei em público sobre este tema), este livro é publicado em 1983 e escrito em 1982. Ou seja, é escrito e publicado muito antes da concretização do que no texto é previsto e tem, na sua página de título e em cada um dos seus capítulos, o ditado «quem parte e reparte e não escolhe a melhor parte ou é tolo ou não tem arte». Em suma: este livro é um aviso, não é uma proposta e nem sequer é uma previsão (a previsão está noutro texto, «A fluidez oculta num sistema partidário ultra-estável»). É um aviso de quê? É um aviso para Eanes («há beijos que matam»); é, sobretudo, um aviso sobre a «ilusão do poder» — a ilusão em que Eanes tinha caído quando decidiu vingar-se da traição confirmada na revisão constitucional de 1982. O aviso não serviu nem para muito, nem para muitos, e até houve amigos que o levaram a sério como obra de teoria política. Perdeu-se a ironia, só ficou a caricatura do que viria a ser o disparate (perigoso, muito mais perigoso do que se quis ver, porque não se deu a devida importância ao que o PCP queria fazer com este novo partido) da formação e da existência do PRD.

A perigosidade do PRD não terá sido inteiramente compreendida, talvez porque o «míssil» se perdeu, desgovernado. Mas era um *Exocet* de tipo novo, com duas ogivas, uma para atingir o PS, outra para atingir o PSD, ainda que em tempos diferentes. O que ficaria se o PRD tivesse acertado nos dois alvos, mesmo que não conseguisse acertar desde logo no terceiro alvo, o novo Presidente da República?

Forçando um pouco a nota, a última página deste livro inclui uma canção de Elis Regina, com um poema de Ivan Lins, intitulado «Cartomante». Terminar um livro com uma canção já seria estranho, escolher o tema «Cartomante» era um sinal que julgava óbvio, mas o verso final, «Cai o Rei de Espadas/cai o Rei de Ouros/cai o Rei de Paus/cai, não fica nada», não permitia, pensava eu, outra leitura que não fosse a evidente: não cai o Rei de Copas (corações, *hearts*), mas isso é o mesmo que não ficar nada depois da queda das Espadas (militares), dos ouros (AD, CDS e PSD) e dos paus

(PCP). Que os «corações» só tenham aparecido com Guterres não altera o efeito da cartomancia nem invalida o meu esforço de aviso. Tenho de reconhecer, no entanto, que as ansiedades individuais e colectivas, que levam a procurar ver uma proposta política onde ela não existe, foram mais fortes do que os sinais que procurei deixar, e sublinhar, neste livro irónico.

A propósito: estive na televisão, como comentador (juntamente com Nogueira Pinto), na noite das eleições em que o PRD obteve os seus 18%, quando Serras Gago falhou todas as suas previsões (confirmando que o míssil PRD tinha passado os radares defensivos sem ter sido detectado). Nessa noite anunciei o fim do PRD, por absoluta incapacidade de coordenar as expectativas que nele se tinham concentrado. Aí já não estava a fazer nenhum aviso, muito menos estava numa posição irónica (embora muitos possam ter pensado que estava). De facto, já não interessava avisar, depois de consumado o disparate. Continuo a pensar que qualquer observador tinha à sua disposição todos os elementos de informação para identificar a perigosidade do PRD. O facto de eu ter detectado essa perigosidade não tem mérito especial e hoje nem sequer é motivo de elogio, já ninguém se interessa por essa curiosidade. Se volto a ela é apenas para sublinhar que os modelos teóricos disponíveis eram suficientes para enquadrar o fenómeno PRD e para explicitar as suas consequências possíveis, tanto para Eanes como para o sistema partidário.

251: [o PRD] sublima a interferência da legitimidade revolucionária dos militares no sistema partidário e político

Nada disso, o PRD não tem nada a ver com qualquer projecto militar. Não era isso que interessava Eanes e ninguém acreditará que Zenha tivesse virado militarista no que veio a ser o fim da sua vida política. O PRD é anti-Soares — tanto que até vai ser pró-Cavaco quando lhe aparece a oportunidade. Havia militares no PRD, mas não num peso diferente do que se encontra nos outros partidos. E, se alguns desses militares do PRD eram mais conhecidos e visíveis, isso devia-se ao facto de terem sempre acompanhado Eanes, não correspondia a uma específica posição da instituição militar.

252: [...] eleições presidenciais [...] crise da AD em 1982 [...] abandono de Freitas do Amaral das funções no governo e no partido

É uma boa pista, mas é preciso ir mais longe para apanhar a caça grossa. Não é difícil aceitar que Freitas do Amaral tenha formado o seu projecto de candidatura presidencial três anos antes da data das eleições: é um prazo razoável quando se sabe que o presidente em exercício não pode ser candidato; mas também é um prazo condicionado por um outro factor, a experiência de Amaral dentro do governo de Balsemão, que lhe terá confirmado

que essa era uma fórmula sem futuro. Se estes dois pontos estiverem correctos, será natural que Amaral tivesse equacionado um programa de acção que correspondesse a essa finalidade última de preparação da sua candidatura: seria aí que se inseriu a sua atitude estranha de, perante a perda de 1% de votação em eleições autárquicas, declarar em comentário público que tinha havido uma derrota da AD — desencadeando, assim, o processo que leva à apresentação da demissão por Balsemão.

Tudo isto apareceu à superfície. Em profundidade, no entanto, não será de estranhar que houvesse uma convergência objectiva mais importante. Se Amaral teria já pensado o que poderiam ser as suas possibilidades como candidato presidencial, não será menos admissível que Eanes também já teria pensado em quem poderia ser o seu sucessor ou, pelo menos, qual poderia ser o contexto da próxima eleição presidencial. Nesta época já Eanes estaria convencido de que o seu objectivo seria impedir o sucesso de Soares e que o melhor modo de concretizar essa finalidade seria através de um ataque em pinça: com Amaral já tinha a pinça à direita, ele próprio trataria da pinça à esquerda. Para Eanes, Balsemão ou Mota Pinto não eram mais do que borboletas atraídas pela luz que Soares acendia.

Se o jogo das interpretações dos movimentos é uma parte integrante da análise política, não se pode deixar de considerar também o que são as expectativas futuras dos agentes políticos mais relevantes. Não será inédito que adversários no presente equacionem as suas convergências no futuro, mesmo mantendo uma relação exterior de divergência ou de conflito.

252: Não restam dúvidas de que entre os pontos de acordo entre o PS e o PSD, que levaria à formação do governo do bloco central, em 1983, estava a definição de uma estratégia conjunta para as eleições presidenciais, que pressupunha a possibilidade de ambos os partidos apresentarem candidatos próprios, vindo o menos votado a desistir em proveito do mais votado. Em contrapartida, ocuparia a chefia do governo o partido cujo candidato desistisse da corrida à Presidência da República.

Apesar disso, o Partido Social-Democrata viria a lançar a proposta, em plena vigência do bloco central, de um candidato equidistante, que se admite pudesse vir a ser um militar. O nome do general Firmino Miguel foi até amplamente citado como podendo vir a ser o candidato comum [...] prolongaria a ocupação militar da Presidência [...] E reforçaria os «poderes de investidura» do presidente cessante, impossibilitado como estava de tentar nova reeleição.

A estratégia de eleição presidencial através de um bloco central foi sempre uma impossibilidade — ainda que, numa leitura superficial, pareça uma estratégia vencedora. É um paradoxo conhecido. As coligações excessivas tendem a durar menos do que as coligações mínimas; no caso das eleições

presidenciais, um bloco central é sempre uma coligação excessiva que abre a oportunidade de uma candidatura de um dos lados que rompa esse entendimento, dilacerando o partido onde essa divisão se verifica, quando é obrigado a escolher entre o candidato próprio e o candidato comum. Nas eleições presidenciais, o bloco central é como um ovo que vai ser estrelado: parte-se e deixa-se cair na frigideira. Era isso o que aconteceria a Soares na vizinhança das eleições presidenciais se o bloco central não tivesse rompido antes.

A hipótese de uma candidatura equidistante, como Firmino Miguel, foi um mero expediente do PSD para escapar a esta dificuldade do bloco central nas presidenciais, mas nunca teve qualquer possibilidade de fazer a ponte com os interesses de Mário Soares (depois de ter neutralizado o Conselho da Revolução e Eanes, a que propósito iria Soares voltar a procurar uma aliança com militares?). Aliás, isso mesmo terá estado na base de o próprio potencial candidato nunca se ter mostrado muito entusiasmado com a proposta, que não poderia constituir uma repetição do modelo da eleição presidencial de 1976 — o único modelo que poderia interessar a Firmino Miguel, mas para o qual já não existiam as necessárias condições militares.

Neste cruzamento de linhas, que peso teria para Eanes o exercício dos «poderes de investidura» em relação ao presidente seguinte? A resposta é elementar: nenhum peso e, portanto, nenhum interesse. Não era essa a sua motivação, o seu objectivo era bloquear Soares, e é isso que vai conduzir ao «excesso» de candidatos que Eanes acabará por ter em cena para neutralizar Soares (e em cuja lista se deverá incluir Freitas do Amaral, tal como na lista dos candidatos de Soares, em 1980, contra Eanes, também se deve incluir Soares Carneiro).

253: [...] PRD como «partido presidencial» [...] partido charneira [...] não resistiu à lógica da bipolarização que o cavaquismo reintroduziu no sistema político.

O PRD não é um «partido presidencial», é um partido para operar no sistema de partidos com o objectivo de desvalorizar o PS liderado por Mário Soares e, mais tarde, para desvalorizar o PSD. O seu candidato presidencial serviria para derrotar Mário Soares, contribuindo assim para o objectivo de deixar o PS bloqueado. Finalmente, toda a área socialista ficaria vulnerável à penetração, em debandada e com falta de chefe (uma situação que explica o grande interesse do PCP no apoio ao lançamento do PRD, interesse que levou Cunhal a anunciar a inevitabilidade e a necessidade de um novo partido no Congresso do Porto do PCP, cerca de um ano antes do aparecimento do PRD). Conseguídos estes objectivos, seria o momento de desencadear a ofensiva contra o PSD. Ou seja, o estatuto de partido-charneira era um mero disfarce, era a avozinha que tinha o lobo dentro — um novo bloco central, o «verdadeiro» bloco central.

Nestes termos, dizer que foi a lógica da bipolarização do cavaquismo que prejudicou o PRD é inverter a ordem real das coisas. De facto, o cavaquismo aparece como bipolarizador porque herda o papel do PRD como instrumento de ataque a Soares e ao PS de Soares; é o fracasso do PRD que abre a oportunidade para Cavaco, não é Cavaco que destrói o PRD. Aliás, ironia dentro da ironia, os dois sucessores últimos de Soares (Guterres e Sampaio) não são «soaristas» e nos momentos críticos até 1985 estiveram com Eanes contra Soares: apesar de todas as derrotas, Eanes ainda encontrará aqui um vestígio de satisfação, mesmo que isso não lhe sirva para muito.

(Não me pronuncio nestas notas quanto ao que deveria ter sido a escolha estratégica de Eanes que lhe teria permitido escapar à sucessão de derrotas, pois não há, no artigo que estou a comentar, qualquer indicação de que essa estratégia existia — mas existia.)

253: [...] suicida apresentação da moção de censura em 1987 [...]

Suicida, uma ova, por pouco era um golpe de mestre; em qualquer caso, não podia deixar de ser feita esta tentativa, como se verá já a seguir. O modo como a moção de censura apresentada pelo PRD é comentada na generalidade dos textos que se dedicam a este assunto é influenciado pelos resultados, perdendo-se a elegância da manobra — e foi, de facto, uma manobra elegante, ainda que o resultado não tenha correspondido ao que pensaram os seus inspiradores.

Antes disso, é preciso reflectir sobre o que leva todos os comentadores a dizerem que esta moção de censura foi um erro. Na visão de Deus, que conhece o futuro e existe dentro da esfera que abarca tudo, é óbvio que foi um erro. Na perspectiva dos agentes políticos, que operam na incerteza, já não é óbvio que tivesse de ser um erro. Por um lado, era preciso prender Soares, sem o que a sua vitória seria total (como veio a ser); Freitas do Amaral tinha desaparecido, Soares colaborava com Cavaco e o governo minoritário de Cavaco tornava inúteis os partidos de oposição. Prender Soares significava «oferecer-lhe» um governo PS/PRD, com apoio parlamentar do PCP, a solução evidente depois da queda do governo minoritário do PSD. Por outro lado, não se podia entregar o sistema político a uma nova forma de bloco central, agora construído pela aliança de dois poderes institucionais, Soares e Cavaco (dentro da leitura, que se veio a revelar correcta, de que Cavaco não conseguiria dominar Soares). Longe de ser um erro estratégico, a moção de censura aparecia, nas condições da época, como uma necessidade estratégica: teria de aparecer, só o momento era indeterminado. Hoje os comentadores dizem que a moção de censura foi um erro porque só consideram o seu resultado. Se tiverem em conta o campo estratégico efectivo, terão de concluir que por pouco foi uma jogada de mestre (*chapeau*, Miguel

Galvão Teles) e não poderia deixar de ser tentada (sem o que se consumaria o que ela procurou evitar, isto é, o *marché de dupes* Soares-Cavaco).

Que Soares soube que aceitar a oferta do PS/PRD seria uma prisão está bem expresso na citação de Soares que o MBC utiliza na p. 255, nota 48 («ficaria indelevelmente marcado pela suspeita de parcialidade e pela falta de lucidez política, tornando extremamente difícil o exercício posterior das funções presidenciais, que exigem independência e isenção»). Mas, apesar de ter copiado a apreciação de Soares, não vê o que ela encobre — mesmo quando há um pico do rochedo acima da superfície do mar, com a espantosa expressão «falta de lucidez política», bem reveladora de que Soares não resiste a rir-se para o espelho quando escreve.

O que falhou na iniciativa do PRD? Não teve em conta a «intuição» de Soares, para quem esta «mistela de esquerda» cheirou a esturro desde que apareceu na ementa: era prato que nunca encomendaria e que não comeria mesmo que lho oferecessem. Viu a armadilha e, sobretudo, viu o prémio verdadeiro se seguisse na direcção oposta à esperada. Dissolvendo o parlamento, mantinha a sua liberdade e desmantelava o PRD, concentrando em Cavaco a responsabilidade de ser o seu opositor oficial — isto é, não só desmantelava o PRD, como lhe retirava a sua razão de ser ao depositar a sua função nas mãos de Cavaco. Pelo caminho ofereceu ao PSD a maioria absoluta, o que correspondeu à construção do trono de Soares: a dissolução do parlamento em 1987 corresponde à autocoroação de Napoleão — só não teve David para lhe fazer o quadro. Não é a actuação presidencial que leva ao desaparecimento do PRD, é a decisão de dissolução da Assembleia que traça o destino final, bastando aproveitar a linha de tendência anterior, a força da inevitabilidade.

253: [...] Soares decidiu tranquilizar o país, declarando, logo na noite da vitória, que a maioria presidencial que o elegera se esgotara no próprio acto da eleição. Não dissolveu a Assembleia nem provocou eleições antecipadas, como fizera Mitterrand em França, mas antes confirmou tacitamente o governo.

Como é possível acreditar tão piamente no valor facial das declarações públicas? Soares não é parvo, para que é que ele queria uma maioria presidencial com comunistas e socialistas que sempre seriam seus adversários? Prender-se, de pés e mãos, ao que não poderia ser mais do que um arranjo conjuntural, com sapos e sais de frutos? É claro que a primeira coisa que faz depois de eleito é conquistar a distância de que precisa para se proteger. Dissolver o parlamento seria colocar em risco o que tinha acabado de conquistar: se perdesse essa aposta nas legislativas, perdia tudo; se ganhasse, perdia na mesma, obrigado que estaria a suportar um governo que, obviamente, seria um covil de conspiradores incapazes de governar. «Tranquilizar

o país» foi o disfarce; Soares tranquilizou-se a si próprio, que é o que gosta de fazer — e que também era o que o país queria que fizesse.

253: Quer o poder de demissão, quer o de dissolução, tornavam Soares, nessa conjuntura, o topo real da pirâmide do sistema.

Não são poderes idênticos. Soares não podia usar o poder de demissão, sob pena de ver entrar pela porta de Belém o que tinha deitado fora na janela do Saldanha. Soares só tinha um poder, aquele que não podia anunciar: dissolver dentro de uma crise despoletada pela esquerda. Este era o único caminho que o conduzia ao futuro, todos os outros atiravam-no para o passado de que ele tinha querido fugir. Quem não perceber isto não percebe nada do que se passou. Mas não é provável que as memórias possam vir a clarificar estes pontos, justamente porque é neles que está a face oculta da política, que, tal como a da Lua, não se pode ver da Terra.

Este ponto não se limita a uma curiosidade de circunstância, também se relaciona com o modo de interpretação dos poderes. Na sua descrição constitucional, os poderes podem ser sempre os mesmos ou variar muito pouco. Mas as circunstâncias concretas, as relações dos agentes e a configuração do campo estratégico mudam o seu conteúdo efectivo. Esquecer as circunstâncias e apenas considerar os poderes formais é um caminho rápido para o erro analítico.

254: Ao dissolver a Assembleia e convocar eleições antecipadas, Soares contribuiu decisivamente não só para a formação de uma nova maioria parlamentar, como também para a polarização do sistema partidário. Mas, ao fazê-lo, estava também a contribuir para o apagamento da sua própria capacidade de intervenção, já que, com a nova maioria, a parlamentarização do sistema de governo se iria acentuar, com a consequente e inevitável governamentalização do sistema político. O que, aliás, não ia contra a própria concepção «parlamentarista» que ele próprio defendia do sistema semipresidencialista.

Este é um ponto que levanta questões difíceis e delicadas. Na superfície do lago, tudo parece calmo e estável. Nas profundidades, porém, ocorrem múltiplas tragédias. Se fosse possível «antropomorfizar» as entidades políticas, como se os partidos e os governos fossem entidades dotadas de uma racionalização unificada, talvez este tipo de análise fosse possível. A realidade é muito diferente. Soares não contribuiu decisivamente para a formação de uma nova maioria parlamentar, ela estava configurada como possível logo que o presidente não aceita a aposta do PRD — como não podia deixar de ser. Mas essa nova maioria, por sua vez, só na aparência governamentaliza o sistema político, pois a sucessão de escândalos, de divisões internas e de fracassos de políticas mal concebidas vai tornar esse poder concentrado uma

ameaça para quem o exerce — pela óbvia razão de que a concentração do poder também significa a concentração de todas as expectativas, sem desculpa para as suas insuficiências.

O que, em geral, se designa por «experiência política» é o que permite detectar o que se passa no fundo das águas do lago, bem mais agitadas do que à superfície. E é isso que explica como a aparente subordinação do presidente apenas significou que o seu poder de intervenção esteve sempre a aumentar, mesmo quando não o utilizava. Bem diferente teria sido a evolução da sua popularidade se a opinião pública formasse a imagem de que o governo (este ou qualquer outro) estava sob seu controle.

254: [...] Soares [...] presidente de todos os portugueses [...] [citação na nota 47].

Sintomaticamente, o tema «Presidente de todos os portugueses» é de Eanes, foi capturado por Soares e não terá sido propriamente um caso de encontro de bons espíritos (seria interessante, aliás, saber o que Eanes terá sentido ao ver o seu tema apropriado por Soares). Mas é na citação da nota 47, aceite pelo MBC no seu valor facial, que está a mistificação: toda esta construção argumentativa, tal como o tema da «magistratura de influência», é a abertura de um espaço de liberdade, não é a autolimitação de poderes. Soares reconfigurou o campo estratégico para o adaptar ao que é a sua superioridade natural e fê-lo com o seu tradicional «ar de sinceridade» que, quase sem excepção, é o melhor indicador de que está a concretizar um objectivo que é, para ele, absolutamente essencial. Foi só o MBC que ficou convencido com esta argumentação? De modo nenhum, o próprio Soares passou a acreditar nela como se fosse sua e verdadeira — tão verdadeira na intencionalidade estratégica que passa a ser a verdade. E o requinte de dizer «não se intrometendo nas escolhas feitas, mereçam ou não a sua aprovação política e pessoal» mostra como foi longe o destino do conceito de solidariedade institucional — que é mais do que a solidariedade política, na medida em que justifica a promulgação pelo presidente, por responsabilidade institucional, mesmo quando uma concreta decisão governamental não mereceria a sua aprovação política. Mas não é por acaso que fica fora desse âmbito da solidariedade institucional o que, de algum modo, se relacionar com direitos, liberdades e garantias: cheques em branco, talvez, mas sempre cruzados, para obrigar a que sejam primeiro depositados, não podem ser descontados logo que são recebidos.

Eanes termina o seu segundo mandato no topo da popularidade. Soares termina o seu segundo mandato no topo da popularidade. Mas o sucesso do segundo destruiu a posição do primeiro na memória da sociedade. Soares soube aproveitar o que lhe era útil no que os Portugueses se habituaram a apreciar em Eanes, até ao ponto de o fazer desaparecer. Talvez esta tenha sido a vitória mais subtil e mais agradável para Soares.

255: *Assim abriu caminho à sua reeleição com os votos do PSD.*

Ora bolas, está tudo ao contrário. Soares nunca quis os votos do PSD, foi mesmo uma das surpresas desagradáveis que teve de engolir como se fosse prenda. O «golpe» é de Cavaco Silva e é lançado depois da derrota do PSD nas eleições autárquicas de Dezembro de 1989. Depois destes resultados, Cavaco sabe que está vulnerável e que tem de se movimentar: faz uma remodelação ministerial em Janeiro de 1990 e em Fevereiro, a um ano das eleições presidenciais, declara no *Expresso* que, em sua opinião (mas que ainda teria de ser confirmada pelos órgãos próprios do partido), o PSD deveria apoiar a reeleição de Soares, tendo em conta a boa colaboração institucional que tinha existido durante o primeiro mandato. É evidente o desconforto que isto provoca em Soares: Cavaco escapa aos conflitos internos no PSD, que surgiriam a propósito da escolha de um candidato próprio; Cavaco escapa ao convite para ser candidato presidencial; Cavaco cola-se ao segundo mandato de Soares; a grande votação de Soares para o segundo mandato está inquinada por esta oferta do eleitorado do PSD. Soares não se dirigiu para os votos do PSD, queria um candidato do PSD, obviamente fraco e que seria derrotado com facilidade. Os votos do PSD foram colocados por Cavaco no caminho de Soares como um buraco na estrada que obrigou a reduzir a velocidade. E é por isso, é só por isso, que Soares arranca com a frase «republicano, laico e socialista»: se querem colar-se, engolem a espada até aos copos.

256: [...] *magistratura de influência [...] não deve confundir-se com intervenção directa e controversa nas questões políticas do dia a dia.*

A «magistratura de influência» foi uma das inovações «constituintes» de Soares e tem a característica central das boas inovações deste tipo: é suficientemente elástica para ficar dependente da avaliação pessoal. Nada melhor do que um poder que é interpretado pelo próprio que o exerce, é um verdadeiro poder de marca divina. Mas tem uma outra virtude, menos perceptível, embora não menos estimável: é o poder ideal para quem não tem muito gosto pelas questões da intendência, é um poder lânguido, só se usa quando apetece.

Soares dizia, com aquela sinceridade do poeta (finge tão completamente ... etc.), que «tinha uma ideia para Portugal». Felizmente, nunca ninguém lhe perguntou qual era. Mas, ainda que perguntassem, haveria sempre a resposta da «magistratura de influência»: tanto servia para intervir como servia para não intervir. E tudo o que Soares escreveu sobre isto, com grande soma de argumentos e de pormenores, não acrescenta nada a esta qualidade intrínseca de poder arbitrário, de poder que só depende do próprio, a verdadeira potência do poder.

256:[...] *as presidências abertas* [...]

As presidências abertas não são uma inovação de Soares, Eanes teve o mesmo esquema à sua disposição e não quis usá-lo, considerando que isso iria ser um factor de perturbação nas relações institucionais. E a verdadeira inovação de Soares, o momento em que este dispositivo muda de natureza, é a presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa, no início de 1993, um mecanismo que foi descoberto no preciso momento em que foi accionado. De facto, essa inovação não resulta do esquema em si mesmo, mas sim da convergência de duas séries: uma, a presença de Soares no terreno; outra, a evidência social, desde 1992, de que Portugal tinha falhado a sua entrada na corrente da modernização europeia e, pelo contrário, sofria, sem defesas suficientes, os efeitos da crise económica europeia. Uma vez experimentado este mecanismo de amplificação, a «magistratura de influência» muda de natureza, como também mudam de natureza as «presidências abertas»: a influência torna-se mais frequente, as presidências abertas integram o próprio Palácio de Belém — mesmo quando o presidente não se desloca, organizam-se as peregrinações para verem o presidente.

259:[...] *a «parlamentarização do nosso sistema político foi assumida pelo eleitorado», como opinava Villaverde Cabral, para quem o semi-presidencialismo, reduzido a pura «ficção constitucional», desaparece de facto, dando lugar, tout court, a um sistema parlamentar, estando o Presidente da República remetido, como estava desde 1982, a uma «função essencialmente representativa, simbólica, no melhor sentido da palavra».*

Dizer que, desde 1982, a acção do Presidente da República é essencialmente representativa, simbólica, mesmo no melhor sentido da palavra, é um eufemismo quando se considera o que foram dissoluções, lançamento de um partido e contribuição valiosa para a derrota eleitoral de uma maioria absoluta. O engano é um direito dos analistas, mas deve ter intervalos de tolerância. Qualquer analista deve aceitar a possibilidade de que o segundo mandato será sempre diferente do primeiro, acentuando-se as diferenças à medida que se aproxima o fim. E, por outro lado, é muito mais rápido o processo de «presidencialização» (que é um processo individual) do que o processo de «parlamentarização» (que implica movimentos colectivos, envolvendo vários partidos e a neutralização do presidente).

Este erro não foi exclusivo de MV Cabral: não encontrei nenhum exemplo de um analista que tivesse «pressentido» que Cavaco Silva já não poderia recuperar depois do 2.º semestre de 1992, depois da presidência portuguesa da Comunidade. Apesar deste silêncio dos analistas, tanto os movimentos

sociais como o excesso de expectativas alimentadas com as eleições de 1991 tinham colocado Cavaco Silva numa posição vulnerável e de que ele se apercebeu — o que gerou uma dinâmica circular que o conduziu à decisão de abandono, nisso se diferenciando de Eanes.

Para lá destas razões de ordem geral, o período de 1991-1996 seria sempre um período singular em consequência de uma tendência longa, vinda de 1974, ou mesmo de uma época anterior: dentro do período de 1991-1996 estariam a pagamento todas as facturas do 25 de Abril. Isto é, os desequilíbrios e as expectativas ilusórias alimentadas na fase de instauração democrática, que tinham já gerado dois pagamentos a prestações com os acordos celebrados-impostos com o FMI, apareciam agora a pagamento com valores amplificados pelo processo de modernização após a integração comunitária. A dúvida era simples: os fundos comunitários, mais o efeito de modernização associado, seriam suficientes para garantir esse pagamento do que tinha ficado para trás? Cavaco apostou que sim e perdeu, sabendo-o desde o 2.º semestre de 1992. Soares sabia que não («saber», para Soares, não é o mesmo que para outras pessoas: ele sabe sempre mais depressa e com mais convicção o que lhe é conveniente) e atacou desde o princípio de 1993, com a presidência aberta em Lisboa. Analisando os resultados obtidos, nunca mais parou de atacar.

M. V. Cabral (mas não só ele, é justo que se recorde) não percebeu nada desta inevitabilidade. É certo que Cavaco podia ter ganho tudo se tivesse conseguido modernizar o país. Mas quem é que se arrisca a fazer depender o seu futuro político do comportamento colectivo dos Portugueses, da sua capacidade de modernização rápida? Se Eanes se afogou na ilusão da honestidade, Cavaco nem sequer se atirou à água do verdadeiro combate político, preferiu ficar na berma da piscina, esperando ver os outros a afogarem-se. O que, como se vê, está muito longe de confirmar a previsão do M. V. Cabral tanto quanto ao sistema como quanto aos protagonistas.

Em qualquer caso, importa também sublinhar, em defesa dos que se enganaram, que o percurso surpreendente de Cavaco Silva, tanto quando aparece como quando desaparece, terá contribuído para um excesso de precaução dos analistas: não o viram chegar, não desejavam ser surpreendidos mais uma vez, anunciando prematuramente o seu desaparecimento. E, no entanto, houve sinais suficientes que anunciavam o aparecimento (não necessariamente no PSD, mas certamente no apoio à campanha presidencial de Freitas do Amaral em 1985), como houve sinais suficientes da saída de cena (desde o discurso do Pontal de «aviso» para o partido até aos inexplicáveis «tabus», que têm o seu corolário lógico no modo como foi conduzida a campanha presidencial, orientada para ficar no limiar da vitória, mas não o ultrapassando).

259:[...] não precisando mais de conquistar votos [...]

Este é o sinal do poder sem compromissos que, só por si, identifica a diferença entre o primeiro e o segundo mandatos de um presidente. Também é por isso que não se pode extrapolar do grau de «presidencialismo» do primeiro mandato para identificar o que pode ser o segundo mandato. Mas é justamente porque não precisa de conquistar votos que o presidente fica livre para tratar da sua imagem na história. No fim do seu segundo mandato, Eanes precisou de mais votos e foi isso que o tornou vulnerável para além do que ele podia controlar.

262: O crescente protagonismo do Presidente, neste segundo mandato, parece contudo acompanhado de uma perda de influência real. Incapaz de alterar o rumo da governação, o Presidente sente-se tentado, como «câmara de recurso» perante o governo e o parlamento, a polarizar a oposição. Mas as suas denúncias e discordâncias parecem revelar cada vez mais uma incapacidade de influência.

A grande vantagem das segundas edições está na oportunidade que oferecem de corrigir os textos. Sugiro que este parágrafo seja eliminado nessa eventual reedição.

Um pouco mais a sério, o que justifica este tipo de erro, apesar de tudo muito comum na generalidade dos analistas? Penso que o erro resulta de um excesso de fixação nos aspectos superficiais das personalidades e de uma deficiência de análise do campo estratégico (curiosamente, este tipo de erro é mais comum naqueles analistas que, ainda no passado recente, concentravam as suas observações nas relações de força objectivas; escaldados nessa água quente, têm medo mesmo da água fria). Era perceptível, na segunda metade de 1992, que Portugal falhara a sua entrada na modernização, em parte por deficiências próprias, estruturais, em parte por falta de poder locomotor da Europa, em parte por circunstâncias tão excepcionais como a unificação alemã. Azar dos Távora e de Cavaco, mas azar identificável. Era fácil, por isso, amarrar o pescador com a sua própria linha. Foi o que Soares percebeu, mas também foi o que Cavaco percebeu. Cavaco ainda tentou a jogada das «forças de bloqueio» — não para as neutralizar, mas para provocar Soares e para sublinhar o seu intervencionismo, na esperança de ao menos obter a protecção reservada às vítimas pela opinião pública. Já não teve sucesso ou, pelo menos, já não tinha uma sociedade disposta a atendê-lo nas suas reclamações, porventura justificadas. A Cavaco só restava o que veio a admitir com excepcional candura numa entrevista ao *Público*: sair de cena. Não desempenhou mal este último papel, mas já não foi a tempo de impedir que alguns analistas lessem mal as estrelas.

263: A presidencialização reflecte-se também numa desideologização dos partidos

Estas angústias sobre o ovo e a galinha são sempre de resolução difícil. Mas parece-me que, neste caso, a ordem dos factores é clara: é a perda de referenciais ideológicos dos partidos que permite a conquista de espaços de liberdade pelos presidentes. Isso poderá parecer natural num militar. Porém, era naturalíssimo em Soares, era mesmo a sua natureza própria: quando confrontado com uma contradição de pensamento, logo dizia «quanta água já passou debaixo das pontes!». Nunca mudou, tinha verdades sucessivas e bom proveito lhe fizeram. Nenhum caso será tão relevante como o referendo, que sempre é um instrumento crítico em qualquer ordem democrática, que se deve usar e referir com especial cuidado. Ora o que se verifica é que o referendo «plebiscitário», que era um projecto antidemocrático com Eanes e com Sá Carneiro, passou a ser um imperativo nacional com Soares. O que mudou não foi provocado pela substituição de Eanes por Soares nem pelo desaparecimento de Sá Carneiro, o que mudou foi a consistência das posições ideológicas dos partidos, tornando possíveis estas flutuações em temas centrais, não só da agenda política, como da estrutura essencial das relações políticas.

264: [...] os partidos são marcados pelos presidentes que apoiaram ou que deles são originários [...] propensão para o equilíbrio de poderes, com o prolongamento de situações de coabitação [...] presidencialismo de primeiro-ministro [...] imensidão da autoridade e a exiguidade da intervenção [...] os poderes presidenciais [...] dependem mais da posição do Presidente em face do sistema de partidos do que propriamente do enquadramento institucional [...] existência de uma maioria ou minoria.

A comparação entre Eanes e Soares não está completa se não se incluir o terceiro género, que é, afinal, o melhor revelador da substância presidencial: Sampaio, que não fala (talvez porque não ouça) e que não se sabe se vê — e, apesar disso, com altos índices de popularidade, capazes de fazer inveja a Eanes e a Soares. Tudo seria mais fácil, porque mais normal, mais idêntico ao que já se conhecia, se Cavaco Silva tivesse sido eleito. Mas, tendo ele feito o especial favor de não querer ganhar (e só foi candidato porque não podia deixar de ser), é útil aproveitar a oportunidade da demonstração de que os poderes do presidente não são os que estão detalhados na Constituição, são o que o presidente deles faz, sabe fazer, ou quer fazer, ou pode fazer. Eleito presidente Cavaco Silva, hoje seria o fecho da cúpula, como foram (por razões diferentes e em fases diferentes) Eanes e Soares. Eleito presidente Jorge Sampaio, o sistema é uma capela imperfeita, onde chove e faz sol ao sabor da natureza.

Conceitos como o de presidencialismo do primeiro-ministro (que talvez se apliquem a Salazar, mas, seguramente, a mais ninguém) são tão absurdos como o do tal «novíssimo príncipe» que, como hoje se confirma, desapareceu como D. Sebastião numa nuvem de areia. O poder é o domínio da realidade efectiva das coisas; a análise do poder terá de ser o reconhecimento da realidade efectiva das coisas; quando não é, só poderá atingir a realidade dos disfarces das coisas. Diverte, mas não consola nem ajuda a compreender Belém.

* * *

Meus caros Manuel Lucena e Manuel Braga da Cruz:

Muito gostaria que estas notas fossem de alguma utilidade para ambos. Não têm outra intenção que não seja conversar com dois amigos — e foram sugeridas por uma conversa com o Manuel Lucena, que julgo andar às voltas com alguns destes temas.

Há muito, desde que li o artigo do Manuel Braga da Cruz, na *Análise Social*, que tinha o projecto de escrever estes comentários. Mas não havia pressa: estava publicado, já não podia fazer nada para propor a correcção do que me parecia menos satisfatório. E também não podia: a minha obrigação de reserva «institucional» só terminou em 9 de Setembro e, mesmo não utilizando informação confidencial (isto é, historietas), não me foi fácil tirar os pensos às feridas destes combates passados. Agora, que olhei para algumas cicatrizes, sinto mais vontade de rir do que respeito por estas moscas que batem nos vidros das janelas sem perceberem o que as impede de passarem para o ar livre.

Suspeito de que estes temas vão ganhar actualidade em breve. Quando Mário Soares aceitar a publicação do segundo volume da «entrevista» com a Maria João (haverá terceiro volume?), vai haver muita abelha no ar. Terão ferrão ou só trarão mel? Em qualquer caso, volto a pedir-vos que testem cuidadosamente os argumentos que vos proponho, procurando confirmá-los com outros testemunhos e com outras interpretações. O que aqui escrevi não é mais do que uma linha de uma história que é múltipla.

Para os dois, dois grandes abraços do Joaquim Aguiar.